



LUCROS DO COLAPSO

Como os principais bancos que financiam o setor de petróleo e gás na Amazônia lucram às custas da saúde da floresta e da comunidade, dos direitos indígenas e das mudanças climáticas.

SUMÁRIO

3 O QUE ESTÁ EM JOGO

- 3 A ciência é clara: é preciso proteger pelo menos 80% da Amazônia até 2025
- 4 O que é a Amazônia?
- 4 Expansão petrolífera: uma ameaça crescente
- 5 Respeitar os direitos e territórios indígenas: um fator fundamental para proteger a Amazônia
- 6 Financiando a contaminação: o legado tóxico da indústria do petróleo na Amazônia

7 SEGUINDO O DINHEIRO

8 A MAIORIA BRUTA

- 10 1. JPMorgan Chase
- 11 2. Citibank
- 12 3. Itaú Unibanco
- 13 4. HSBC
- 14 5. Banco Santander
- 14 6. Bank of America
- 15 7. Banco Bradesco
- 15 8. Goldman Sachs

16 POR QUE INCLUIR O FINANCIAMENTO INDIRETO?

18 ESTUDOS DE CASO

- 18 Itaú Unibanco financia uma bomba-relógio de carbono
- 19 Bancos canadenses emprestaram um bilhão de dólares para empresas petrolíferas canadenses na Amazônia

20 Citibank financia expansão do petróleo na Amazônia

21 Bancos estadunidenses lideram o financiamento do projeto da Refinaria Talara da Petroperú

22 ESTRATÉGIA EXIT AMAZON OIL AND GAS

- 22 Um plano em cinco etapas
- 24 Cobertura de uma estratégia de saída da Amazônia
- 24 Conexão com outras políticas
- 24 Sobre a campanha Exit Amazon Oil and Gas

25 CONCLUSÕES

28 APÊNDICE 1: METODOLOGIA

- 28 Consultas
- 28 Análise do financiamento bancário por acordo
- 29 Eliminação de duplicatas
- 29 Criação de ajustadores geográficos para a exposição ao petróleo e ao gás da Amazônia

30 APÊNDICE 2: LISTA DE EMPRESAS

38 REFERÊNCIAS

STAND.earth



Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

AVISO LEGAL: este documento foi elaborado com base nas melhores práticas e na devida diligência, usando as informações disponíveis na data da publicação. Todas as informações estão sujeitas a alterações. Todos os dados são obtidos de fontes públicas e/ou governamentais. Se você representa uma das empresas que aparece neste material e acredita que ela não esteja sendo representada com precisão, informações complementares podem ser enviadas para o Stand Research Group através do endereço srg@stand.earth.

Autora principal e pesquisadora: Angeline Robertson. Co-autor: Matt Krogh. Pesquisadores: Darwin Sodhi, Anjali Katta e Chris Kuveke.

Colaboradores: Alicia Guzman, Martyna Dominiak, Erdene Batz, Tyson Miller. Editoras: Cari Barcas e Sohini Baliga.

Desenhado por Charm and Gusto

RESUMO EXECUTIVO

Os bancos que financiam a produção e a expansão do petróleo na Amazônia têm diante de si uma escolha crucial: continuar a ser cúmplices da destruição da vida e dos meios de subsistência dos povos indígenas, das florestas que os sustentam e do agravamento da crise climática ou tomar medidas claras para excluir o petróleo e o gás de suas carteiras de financiamento.

Continuar a operar como de costume vai de encontro aos inúmeros compromissos assumidos pelos bancos para agir em relação ao clima, ao meio ambiente e aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, a adoção de medidas para excluir o petróleo e o gás envia sinais claros às autoridades eleitas e aos tomadores de decisão em todo o mundo e na região de que manter a Amazônia intacta e preservar o patrimônio natural e cultural precisa fazer parte de qualquer compromisso globalmente significativo com o clima, a biodiversidade e os direitos humanos.

Este relatório mostra que apenas oito bancos envolvidos com a exploração de combustíveis fósseis são responsáveis pela maior parte dos US\$ 20 bilhões em financiamentos diretamente relacionados com a Amazônia nos últimos 15 anos. Entre eles estão o JPMorgan Chase, o Itaú Unibanco, o Citibank, o HSBC, o Santander, o Bank of America, o Banco Bradesco e o Goldman Sachs.

Embora esses oito bancos representem apenas 5% daqueles na base de dados, eles são responsáveis por mais de 55% do financiamento direto na região. O financiamento da expansão da produção e da infraestrutura de combustíveis fósseis deve se tornar uma coisa do passado. A administração desses bancos sabe que está jogando um jogo perigoso, não apenas por não cumprir seus compromissos, mas também por promover projetos que contribuem ativamente para o aquecimento do planeta.

Este relatório destaca estudos de caso importantes que analisam como esses bancos financiaram a expansão do petróleo na Amazônia, mesmo com o alerta da Agência Internacional de Energia (AIE) de que novos projetos envolvendo combustíveis fósseis não podem ser executados se quisermos manter o aquecimento global dentro do limite de 1,5 °C.¹

O JPMorgan Chase e o HSBC, por exemplo, foram os principais patrocinadores do projeto de expansão da Refinaria Talara, da Petroperú, que irá processar o petróleo que a Petroperú extrai na Amazônia peruana. O Itaú Unibanco e o Banco Bradesco apoiam o projeto do Complexo Parnaíba, da Eneva – a maior bomba de carbono da Amazônia. O relatório também mostra como o Citibank tem apoiado estrategicamente empresas do setor de petróleo e gás que continuam expandindo suas operações de exploração do petróleo na Amazônia, e como os bancos canadenses investiram mais de US\$ 1 bilhão em empresas petrolíferas canadenses com foco em projetos de exploração de petróleo na Amazônia que ameaçam as comunidades indígenas e a biodiversidade.

Os bancos enviam sinais mercadológicos e políticos claros quando se afastam dos combustíveis fósseis e investem em energia verde. À medida que fica mais difícil obter financiamento para combustíveis fósseis, o crédito se torna mais restrito e os empréstimos ficam mais caros. Isso torna os projetos menos econômicos, o que significa que mais planos de expansão são engavetados e as fontes de combustíveis são abandonadas por serem mais onerosas. Ao mesmo tempo, há mais crédito disponível e mais barato para projetos de energia verde, swaps de dívida por natureza e planos de transição justos.

Embora esses oito bancos representem apenas 5% daqueles na base de dados, eles são responsáveis por mais de 55% do financiamento direto na região.

Mas nessa transição, não há espaço para que os bancos continuem a apoiar a expansão do setor de petróleo e gás. A pesquisa na base de dados mostra que os bancos cúmplices da destruição na Amazônia conseguem identificar cada vez menos a destinação final de seus financiamentos ou aplicar integralmente suas políticas de ESG – expondo a fragilidade de seus compromissos ambientais, sociais e climáticos.

Reconhecendo a exposição ao risco por estarem envolvidos com a extração de combustíveis fósseis na Amazônia, os bancos começaram a assumir compromissos que se alinham à estratégia Exit Amazon Oil & Gas. O ING e o BNP Paribas assumiram compromissos recentes, **alinhados a alguns dos princípios da estratégia Exit Amazon Oil and Gas**, e estão abrindo caminho para que o setor bancário em geral deixe de investir em combustíveis fósseis. Quatro bancos têm políticas que restringem o apoio financeiro a empresas ativas na extração de petróleo e gás na Amazônia: BNP Paribas, Société Générale, Intesa Sanpaolo e Standard Chartered. E o BNP Paribas, o ING, o Natixis e o Credit Suisse se comprometeram a excluir de suas carteiras o financiamento comercial do petróleo na Amazônia equatoriana. Até o momento, nenhum compromisso bancário abrange a totalidade da Amazônia. As exclusões do Standard Chartered e do BNP Paribas abrangem a “Amazônia” ou a “Bacia Amazônica”, enquanto as políticas do Société Générale e do Intesa Sanpaolo incluem apenas as regiões amazônicas do Equador e do Peru.

À medida que entramos em uma nova era de caos climático e lutamos para manter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C para evitar a pior das crises humanitárias e ambientais que a mudança climática pode ocasionar, é imprescindível que os bancos contribuam de forma urgente e significativa para

proteger nosso futuro. A Amazônia é uma região de importância global para a gestão indígena, a mitigação das mudanças climáticas e a biodiversidade. A região é um símbolo da incrível interconexão entre os valores ambientais e sociais, onde o destino do nosso clima está intrinsecamente ligado ao destino da humanidade. A Amazônia é o lugar ideal para promover uma verdadeira mudança global no comportamento do financiamento bancário.

Os bancos precisam apresentar estratégias melhores para gerenciar os riscos de impactos negativos criados por suas decisões de financiamento. Excluir o petróleo e o gás da Amazônia é um excelente começo, assim como incorporar filtros negativos para empresas de petróleo e gás em políticas intersetoriais para a biodiversidade e os direitos humanos, sem brechas suficientemente grandes para que empresas como a Shell e a Gunvor consigam se aproveitar delas.

O tempo está acabando para que os bancos parem de financiar a exploração de petróleo e gás na Amazônia. A floresta está chegando a um ponto de não retorno, os territórios indígenas estão cada vez mais ameaçados e a Amazônia está se tornando uma fonte de emissões líquidas de carbono. Quando os governos se reunirem na Cúpula da Amazônia, em agosto de 2023, para discutir como salvar a região, eles devem fazer isso com o mais solene senso de urgência e a disposição de fazer com que o sistema financeiro se alinhe à realidade da crise climática.



O QUE ESTÁ EM JOGO

A ciência é clara: é preciso proteger pelo menos 80% da Amazônia até 2025

A Amazônia é a maior e mais diversificada floresta tropical em termos biológicos e culturais do mundo. É o lar de 511 nações indígenas, incluindo 82 grupos não contatados que vivem em isolamento voluntário. A Amazônia é um dos últimos lugares do mundo onde deveria haver exploração de petróleo. No entanto, muitos bancos, com todo tipo de compromisso social e ambiental firmado, viabilizam exatamente isso. Surpreendentemente, mais de 160 bancos fornecem capital financeiro para um setor que causa imensa poluição, desrespeita os direitos dos povos indígenas e acelera a crise climática e da biodiversidade.

A destruição da floresta causada por atividades industriais levou a Amazônia a um ponto crítico. Se a região amazônica continuar a ser explorada para extração de petróleo e gás, mineração, exploração madeireira, queimadas e conversão para outros usos da terra, a floresta tropical entrará em uma transição espontânea para um ecossistema de savana (cerrado), sem a biodiversidade, a ecologia florestal produtiva e as contribuições do ciclo da água de uma floresta tropical intacta.² **Cientistas renomados descobriram que, para evitar o ponto em que a floresta tropical começa a se converter espontaneamente em savana, 75% a 80% da Amazônia devem permanecer intactos.**³ Em 2023, 74% do bioma amazônico continua preservado (áreas prioritárias importantes e de baixa degradação), com 6% em estado de degradação restaurável.⁴

Em resposta às ameaças aos seus territórios e com o apoio da ciência, os líderes indígenas pedem a proteção de pelo menos 80% da Amazônia até 2025 mediante o apoio da iniciativa Amazônia para a Vida: Proteger 80% até 2025. Sua liderança foi fundamental para o sucesso da aprovação e adoção da Moção 129, que visa evitar o ponto de não retorno na Amazônia, no Congresso Mundial da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)⁵, em setembro de 2021, e o reconhecimento dos territórios indígenas na Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU em Montreal, em dezembro de 2022.⁶ Os líderes indígenas agora aproveitam essas vitórias para influenciar a política global sobre a Amazônia e outros marcos de biodiversidade.

As federações indígenas e seus aliados reivindicam uma série de soluções, incluindo a criação de Planos de Ação Emergenciais para o Bioma Amazônico, apoio à demarcação e defesa de territórios, gestão compartilhada de áreas de proteção e moratórias em nível nacional sobre a expansão da extração industrial, incluindo combustíveis fósseis, mineração e outras commodities que promovem o desmatamento.

Cientistas renomados descobriram que, para evitar o ponto em que a floresta tropical começa a se converter espontaneamente em savana, 75% a 80% da Amazônia devem permanecer intactos.³ Em 2023, 74% do bioma amazônico continua preservado.

A necessidade global de frear a expansão dos combustíveis fósseis nunca foi tão clara. O Grupo de Especialistas de Alto Nível das Nações Unidas sobre a emissão de gases de efeito estufa, o Relatório sobre a Lacuna de Produção da ONU e o Relatório Síntese da Sexta Avaliação do IPCC (AR6) mostram que uma nova expansão de projetos envolvendo petróleo, gás e carvão é incompatível com as metas de zerar as emissões de gases de efeito estufa e com o Acordo de Paris.⁷ A Amazônia, com seus hotspots de megadiversidade e milênios de gestão por parte dos povos indígenas, nunca deveria ser considerada para expansão do setor de petróleo e gás. No entanto, o financiamento contínuo de novos projetos de petróleo e gás significa que os esforços para proteger áreas como o bloco Ishpingo-Tambococha-Tiputini (ITT) no Parque Nacional Yasuni, no Equador, podem dar lugar a uma maior pressão para explorar os territórios de povos isolados no Peru.

Uma exclusão regional amazônica por parte das instituições financeiras é uma estratégia essencial para proteger a Amazônia do petróleo, gás e outros extrativismos. Este relatório é uma investigação baseada em dados, mas os números não devem ofuscar o fato de que ele se fundamenta na realidade vivida pelas comunidades indígenas que lutam por sua sobrevivência cultural, com implicações em escala planetária.

“A expansão do petróleo na Amazônia é uma ameaça latente aos territórios indígenas e aos ecossistemas vitais no Peru, Equador, Brasil e Colômbia, mas também coloca em risco dezenas de povos indígenas isolados, cuja existência depende da integridade de seus territórios. A degradação e o desmatamento combinados nos colocam diante de um iminente ponto de não retorno que, para nossos povos, se traduz em doenças crônicas em consequência da contaminação, na perda de nossa soberania alimentar devido aos metais pesados encontrados nos peixes e na água que bebemos e na violência sistemática contra aqueles que defendem nosso lar. Os bancos, financeiras e outras empresas que investem na região e cujos lucros são derivados da exploração do petróleo são cúmplices da morte de nossas lideranças, de nossas culturas e de nossos modos de vida. Pedimos que os grandes investidores bancários deixem a Amazônia imediatamente.”

Fany Kuiru, Coordenadora Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA)



Figura 1. Captura de tela do mapa que mostra os limites biogeográficos da Amazônia (em verde), a extensão total do Bioma Amazônico (em vermelho), os limites administrativos (roxo) e a bacia hidrográfica (região pontilhada em azul). Reproduzido de RAISG “Amazônia sob pressão”, (2020), <https://www.amazoniasocioambiental.org/en/publication/amazonia-underpressure-2020>



O que é a Amazônia?

A Amazônia é definida pela RAISG (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada) como uma região que abrange nove países, incluindo Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Isso resulta em uma fronteira formada: i) pelos limites do bioma amazônico na Colômbia e na Venezuela; ii) pelos limites da bacia amazônica no Equador, no Peru e na Bolívia; iii) pela soma dos limites das bacias (Amazonas e Araguaia/Tocantins) e dos limites da Amazônia Legal no Brasil; e iv) por todos os territórios continentais da Guiana, da Guiana Francesa e do Suriname. O limite usado pela RAISG (8.470.209 km²) é uma soma dos quatro critérios mencionados acima, sempre considerando a opção mais extensa (ver Figura 1).

Expansão petrolífera: uma ameaça crescente

Na Amazônia Ocidental, a visão indígena de proteger 80% até 2025 está ameaçada pela expansão da produção de combustíveis fósseis nessa floresta em grande parte intacta. Com 89% das exportações de petróleo da Amazônia saindo do Equador, essa região é um ponto crítico de conflito entre a produção planejada de petróleo e as comunidades indígenas que desejam proteger seus territórios, que concentram uma grande biodiversidade.⁸

Na esperança de impulsionar sua economia e atender à demanda de consumidores como a Califórnia, que consome 50% do petróleo exportado da Amazônia⁹, o governo equatoriano anunciou planos em 2021 para dobrar a produção de petróleo¹⁰ – colocando em risco mais de 3 milhões de hectares (7,5 milhões de acres) de floresta tropical intacta, sem estradas. O plano foi contestado pelos povos indígenas, cujos territórios são atravessados por essas concessões de petróleo. Embora a exploração e a extração de petróleo não causem diretamente o desmatamento em grande escala, as rotas que cortam a floresta para a construção de estradas e oleodutos abrem caminho para a subsequente extração de madeira e a agricultura nociva, enquanto os derramamentos contínuos contaminam os cursos d’água, a vida aquática, a água potável e os alimentos.

As culturas indígenas da região dependem da integridade da floresta para seus modos de vida. O financiamento de novas explorações de petróleo e gás interfere diretamente nesses modos de vida e no esforço de promover o “Buen Vivir” como um modelo de vida indígena equatoriano. Dessa forma, os grupos indígenas por trás da iniciativa **Amazônia para a Vida: Proteger 80% até 2025** incluem, entre seus requisitos para um pacto pela Amazônia, que “o setor financeiro se comprometa a garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas e o fim do desmatamento em todas as cadeias de fornecimento que financiam”.¹¹

Respeitar os direitos e territórios indígenas: um fator fundamental para proteger a Amazônia

Para proteger seus territórios tradicionais, os povos indígenas pedem uma mudança de paradigma na política governamental em relação à atividade econômica na Amazônia.¹² Isso implica o envolvimento e a liderança de forma significativa e contínua das comunidades indígenas na elaboração de uma transição justa contra a dependência do extrativismo industrial, incluindo uma ênfase na não expansão das atividades envolvendo petróleo e gás.

Dos 847 milhões de hectares da Amazônia,¹³ os povos indígenas ocupam 237 milhões.¹⁴ Quase metade (45%) da floresta intacta na Amazônia está em territórios indígenas – uma área maior do que a França, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, Noruega e Espanha juntas.¹⁵ Esses territórios indígenas, combinados com as áreas de proteção nacionais, são vitais para preservar a Amazônia; a gestão indígena provou ser tão eficaz quanto as áreas de proteção nacionais para manter a floresta intacta e preservar a biodiversidade.¹⁶ A extensa área e o elevado nível de proteção florestal dos territórios indígenas são os principais motivos pelos quais esses territórios são um componente tão importante dos marcos de proteção internacional, como a Convenção sobre Diversidade Biológica e a iniciativa Amazônia para a Vida: Proteger 80% até 2025.

Juntos, os territórios indígenas e as áreas de proteção cobrem 49,4% do bioma amazônico, sendo responsáveis por apenas uma pequena proporção do desmatamento e da perda de biodiversidade.¹⁷ Um total de 87,5% do desmatamento ocorre fora das áreas de proteção e dos territórios indígenas.¹⁸ Isso significa que respeitar os direitos indígenas não é apenas uma obrigação do ponto de vista dos direitos humanos, mas é também essencial para proteger a Amazônia contra o desmatamento, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas.

A resistência desses povos às atividades envolvendo petróleo e gás em seus territórios ou nas proximidades é comum na Amazônia e representa um risco significativo para qualquer investidor ou financiador interessado em apoiar o setor na região. Após uma década de resistência à produção de petróleo no bloco ITT, no Parque Nacional Yasuní, um referendo contra a extração de petróleo tramita nos tribunais equatorianos. Uma votação nacional sobre o referendo está programada para o verão de 2023.¹⁹ Se aprovado, o referendo impedirá novas extrações na região, possivelmente reduzindo as operações existentes.

Respeitar os direitos indígenas não é apenas uma obrigação do ponto de vista dos direitos humanos, mas é também essencial para proteger a Amazônia contra o desmatamento, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas.

Em várias ocasiões, empresas e seus investidores foram forçados a interromper a extração ou o desenvolvimento devido à falta de consentimento local para suas operações. O caso da empresa petrolífera chilena GeoPark serve de alerta sobre a oposição da comunidade e o risco financeiro.

A GeoPark é apenas um exemplo de como a exploração de petróleo e gás na Amazônia Ocidental representa um risco à reputação dos financiadores no setor e na região. A oposição generalizada ao extrativismo está crescendo em toda a região, como evidenciado pela bem-sucedida greve nacional liderada pelos indígenas no Equador em 2022. Essa greve levou à revogação pelo governo²⁰ do Decreto Executivo 95 (uma proposta de expansão da produção de petróleo e gás) e a uma reforma do Decreto Executivo 151 (impedindo a mineração em áreas de proteção e territórios indígenas).

A violenta repressão do governo equatoriano contra a resistência popular ao aumento dos preços dos combustíveis e ao modelo de desenvolvimento extrativista serviu apenas para exacerbar ainda mais o clamor público. Durante uma greve que durou 18 dias, de acordo com a Aliança de Organizações para os Direitos Humanos do Equador²¹, centenas de pessoas foram presas e feridas, e seis pessoas teriam sido mortas. Os impactos perversos e sangrentos da produção de combustíveis fósseis na Amazônia foram amplamente abordados em vários relatórios, e a resistência local e dos povos indígenas a essas ameaças continua a ser uma importante fonte de risco à reputação de possíveis investidores e financiadores do setor.

Financiando a contaminação: o legado tóxico da indústria do petróleo na Amazônia

A história da destruição ambiental associada ao petróleo na Amazônia transcende gerações. A extração de combustível fóssil traz consigo resíduos tóxicos e petróleo bruto derramado pelos oleodutos de alto custo e com manutenção precária, além de práticas antiquadas de perfuração e queima.²² Há inúmeros exemplos de empresas petrolíferas que despejam águas residuais tóxicas e petróleo em fontes de água comunitárias, resultando em taxas elevadas de aborto espontâneo, defeitos congênitos e câncer entre as pessoas que vivem na região.²³ Embora a resistência da população local e dos povos indígenas tenha acarretado algumas melhorias nos padrões do setor, os derramamentos continuam sendo algo comum.

A contaminação por derramamento de petróleo é um problema do passado e do presente. O recente rompimento de um oleoduto em 2022 e uma série de derramamentos graves nos anos anteriores demonstram os perigos que a floresta e seus habitantes ainda enfrentam:

- **O rompimento de dois oleodutos no norte do Equador em abril de 2020 despejou mais de 672.000 galões de petróleo nos rios Coca e Napo. Foi o pior vazamento dos últimos 15 anos, deixando 27.000 pessoas da etnia Kichwa sem água potável ou peixes em uma época em que o vírus da COVID-19 se alastrava pelo país. Os operadores do oleoduto – o Consórcio OCP, de gestão privada, e a PetroEcuador, de gestão estatal – afirmam que o derramamento foi suficientemente eliminado. Mas o óleo ainda pode ser visto ao longo das margens dos rios, nos sedimentos e no solo. Testes independentes mostraram altos níveis de presença de hidrocarbonetos, compostos que constituem o petróleo bruto, e metais pesados, como níquel e chumbo.**
- **Em novembro de 2020, o rompimento de um oleoduto poluiu o rio Shiripuno no Equador, que atravessa várias comunidades indígenas Waorani. O oleoduto teria lançado petróleo bruto no rio por semanas antes que a Petrobell, a empresa brasileira que opera o campo de petróleo e o oleoduto, começasse a limpá-lo.**
- **Enquanto isso, o oleoduto Norperuano, que existe há 40 anos na Amazônia peruana, continua a vazar regularmente. Um derramamento em 2018 despejou 336.000 galões de petróleo bruto no rio Mayuriaga. Estima-se que 470 derramamentos de petróleo tenham ocorrido na Amazônia peruana desde 2000.**

A contaminação constante e a remediação inadequada estão causando um impacto devastador na saúde dos povos indígenas. Um estudo realizado em junho de 2021 constatou a existência de altos níveis de chumbo no sangue de povos indígenas que vivem nas proximidades de atividades de extração de petróleo.²⁴ Além dos derramamentos, da contaminação tóxica e do desmatamento, a indústria do petróleo também promove a queima de gás metano, que pode poluir o ar e a água, conforme argumentado em uma ação judicial movida pelos Waorani em dezembro de 2020 contra a empresa petrolífera chinesa PetroOriental.²⁵

É evidente que já passou da hora de a indústria de petróleo e gás sair da Amazônia. O setor financeiro, no entanto, continua viabilizando e apoiando a expansão de sua produção. Na próxima seção deste relatório, seguimos o dinheiro para entender que tipos de acordos estão sendo feitos para continuar financiando essa indústria nociva.



SEGUINDO O DINHEIRO

A base de dados Amazon Banks Database extrai dados financeiros sobre empréstimos e subscrição de títulos do Terminal Bloomberg de uma lista de 155 empresas ativas no setor de petróleo e gás na Amazônia. Essa lista de empresas inclui todos os operadores e proprietários de blocos de petróleo, oleodutos, refinarias, portos e outras infraestruturas de petróleo e gás nas regiões amazônicas da Colômbia, Equador, Peru e Brasil. Ao rastrear as empresas no local até suas matrizes e consultá-las no Terminal Bloomberg, os bancos relacionados a essas operações e infraestruturas puderam ser identificados e relacionados ao petróleo e gás da Amazônia através de seus financiamentos e influência.

As consultas foram bem-sucedidas para mais de 70 empresas, retornando mais de 400 acordos, com um total de mais de 260 bancos envolvidos como financiadores principais ou participantes. Os bancos associados a essas operações são descritos de acordo com sua função em cada operação, sendo alocada a cada um deles uma parcela do valor total da operação conforme essa função. Os bookrunners ficam com uma parcela maior do que os participantes²⁶, pois são eles que lideram as operações. Aos bancos que têm apenas funções de consultoria nas transações não é alocada nenhuma parte do financiamento. Em relação aos bancos que desempenham mais de uma função, é alocada uma parcela apenas uma vez, de acordo com sua função mais importante.

O resultado é uma estimativa do financiamento total para o setor de petróleo e gás na Amazônia. No entanto, devido à grande falta de transparência nos dados financeiros sobre como as empresas gastam o dinheiro que tomam emprestado, o financiamento total estimado é dividido entre financiamento “direto” e “indireto”.

O financiamento direto baseia-se na proporção de financiamento que pode ser razoavelmente associada à produção de petróleo e gás na Amazônia e à sua infraestrutura, como oleodutos, refinarias e portos. O financiamento para empresas que operam somente na Amazônia é considerado 100% direto, enquanto para empresas com apenas algumas operações na Amazônia são usados ajustadores. Os ajustadores baseiam-se na proporção dos custos de produção e de capital relacionados às operações na Amazônia, conforme indicado no relatório anual mais recente de cada empresa.²⁷

Nos casos em que uma empresa possua um ajustador, mas todos os acordos na base de dados relacionados a essa empresa possam ser diretamente ligados à Amazônia, o financiamento também pode ser considerado 100% direto.

O financiamento indireto se refere a todos os outros financiamentos de combustíveis fósseis para os quais a empresa tenha operações de petróleo e gás na Amazônia, mas sem transparência suficiente para classificar qualquer financiamento como direto. Pode ser que esse dinheiro seja gasto em atividades relacionadas ao petróleo e gás da Amazônia, mas não há informações suficientes sobre a operação para confirmar isso. Financiamentos como linhas de crédito globais e empréstimos para fins corporativos gerais podem ser gastos em qualquer lugar em que uma empresa opere, inclusive na Amazônia. Algumas das empresas cujos acordos se enquadram nessa categoria são grandes operadoras na Amazônia, como comerciantes de petróleo. Esses são atores importantes que devem ser considerados na análise. Portanto, o financiamento indireto não pode ser descartado, embora não possa ser considerado com a mesma precisão que os financiamentos que podem ser diretamente rastreados.

É importante observar que, como todo o dinheiro que os bancos financiam é destinado a empresas de petróleo e gás, os financiamentos diretos e indiretos na base de dados são referidos coletivamente como *financiamentos de combustíveis fósseis “expostos à Amazônia”*, devido à sua exposição ao risco, como mencionado anteriormente.



A MAIORIA BRUTA

Oito principais bancos concederam a maior parte (55%) dos financiamentos diretos para o setor de petróleo e gás na Amazônia, de acordo com as operações incluídas na base de dados (ver Figura 2). Isso corresponde a US\$ 11 bilhões dos US\$ 20 bilhões emprestados ao setor – uma fatia enorme para oito bancos que representam apenas 5% de todos os financiadores na base de dados cujos financiamentos foram diretamente rastreados.



Figura 2. Financiamento estimado (em USD) atribuído aos oito principais bancos que financiam diretamente petróleo e gás na Amazônia.

Esses bancos concedem financiamentos em grande parte a partir de seus escritórios nos EUA e na América Latina. Quatro deles são grandes bancos estadunidenses: JPMorgan Chase, Citibank, Bank of America e Goldman Sachs. Na realidade, os bancos norte-americanos, incluindo os bancos canadenses RBC e Scotiabank, respondem por 35% do financiamento direto (ver Figura 3). Bancos latino-americanos também estão no topo da lista, com o Itaú Unibanco e o Banco Bradesco entre os oito principais. Os bancos latino-americanos respondem por 21% do financiamento direto.

Apesar da predominância de bancos dos EUA e da América Latina, ainda há uma forte presença de bancos europeus na Amazônia. Parte disso se deve ao alcance desses bancos na região, como é o caso do Banco Santander. Embora tenha sede na Espanha, o Santander ocupa uma posição de destaque na lista, em grande parte devido à subscrição de títulos no Peru e no Brasil conduzida por sua subsidiária nos EUA, o Santander Bank N.A., com sede em Boston, e sua subsidiária brasileira, o Banco Santander Brasil.

Da mesma forma, o HSBC tem sede no Reino Unido, mas a maior parte de seu financiamento direto refere-se à subscrição de títulos realizada por várias subsidiárias nos EUA, na América Latina e em outros países. Entretanto, outros bancos, como Société Générale, Credit Suisse, BNP Paribas, ING e Deutsche Bank, não têm uma presença regional importante, mas financiaram operadoras de blocos, empresas petrolíferas estatais e projetos de refinaria. Além disso, é importante ressaltar que os bancos europeus são os principais financiadores de comerciantes globais de petróleo, como Gunvor, Shell e Trafigura, que têm grande presença na região.

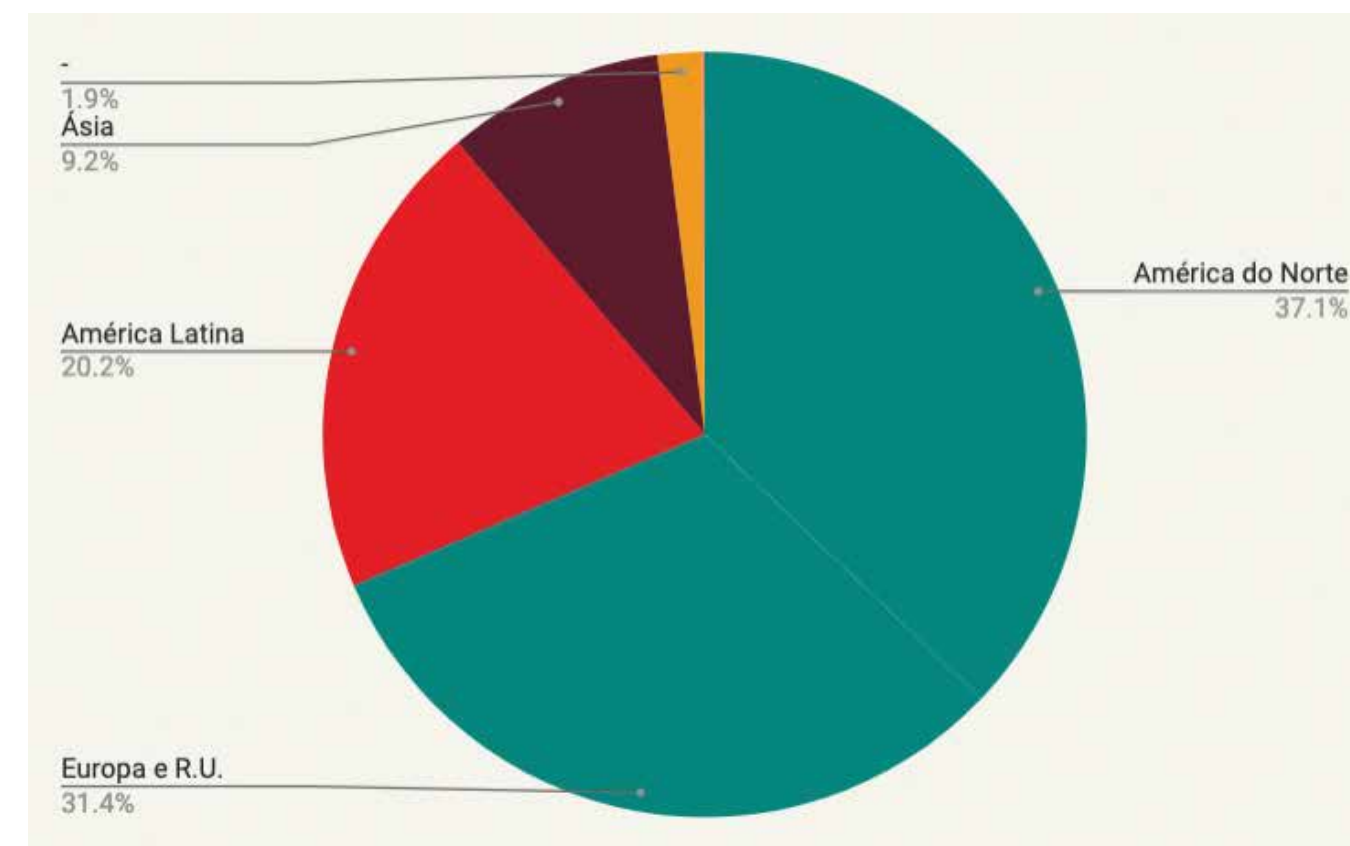


Figura 3. Proporção de financiamento direto estimado (USD) por região da sede do banco matriz.

1. JPMorgan Chase

O JPMorgan Chase é o maior banco em financiamentos diretos relacionados às atividades de petróleo e gás da Amazônia, com uma estimativa de US\$ 1,91 bilhão entre 2009 e 2023. É também o banco número um em financiamentos indiretos, tendo concedido mais de US\$ 18,8 bilhões (est.) em empréstimos e subscrição de títulos para empresas de petróleo e gás com operações na Amazônia.

É o principal financiador de empresas petrolíferas estatais, incluindo a Petroperú, a Petrobras e a Ecopetrol, com mais de US\$ 1,3 bilhão (est.) em financiamentos, e o segundo maior financiador de projetos de petróleo e gás, incluindo o Projeto de Modernização da Refinaria Talara da Petroperú, que utilizará petróleo proveniente dos polêmicos poços perfurados na Amazônia peruana (ver Figura 4).

O JPMorgan Chase foi um dos principais bancos no acordo de financiamento que permitiu que a GeoPark Ltd. adquirisse a controversa empresa petrolífera Amerisur Exploration na Colômbia, cuja extração de petróleo na Amazônia colombiana viola os direitos indígenas. O banco é considerado de grande influência na região, tendo participado de 99 transações ao longo de 15 anos e assumido papéis de liderança em 83% das vezes.

Ele também é um dos principais financiadores de operadores globais de petróleo que comercializaram petróleo amazônico na última década, fornecendo cerca de US\$ 5 bilhões a operadores como Trafigura, PetroThailand (PTT) e a divisão Western Supply & Trading da Shell - todos grandes transportadores de petróleo amazônico do Equador para o estado da Califórnia.

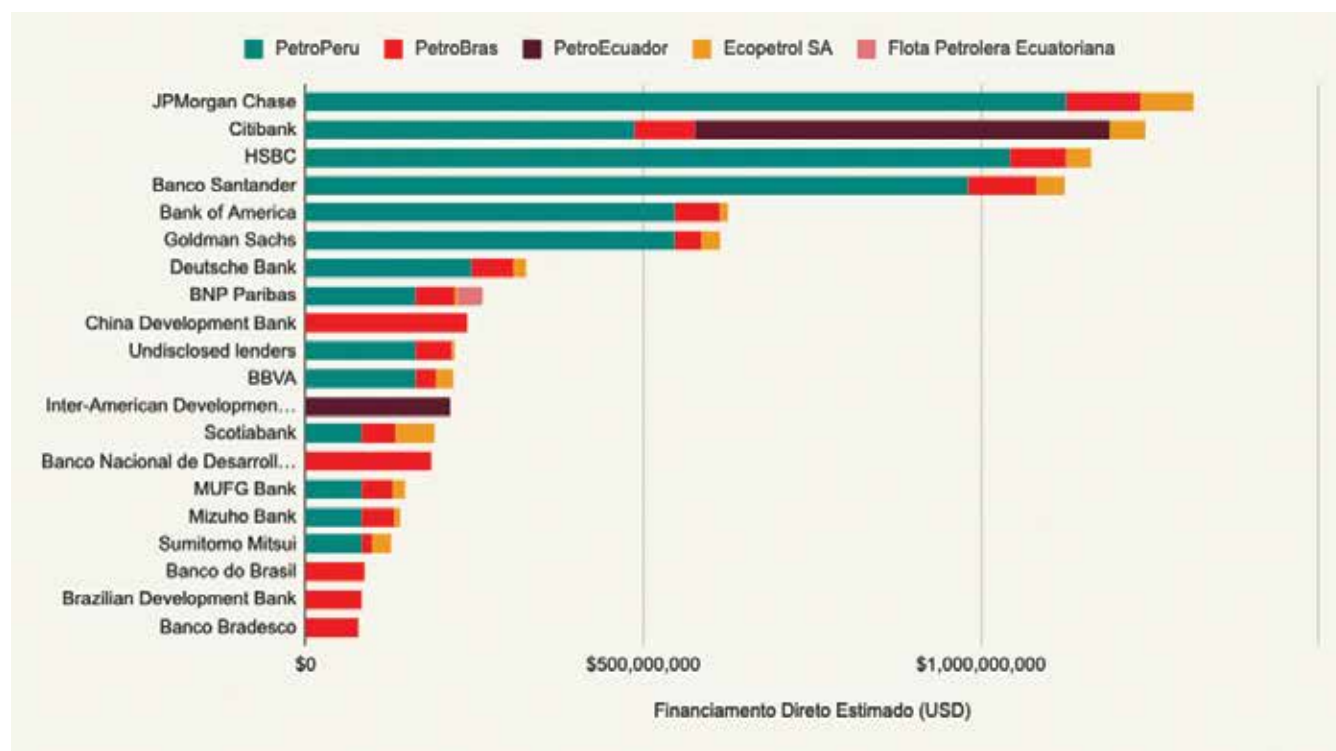


Figura 4. O JPMorgan Chase está no topo da lista dos bancos que financiam diretamente empresas petrolíferas estatais. A ênfase na Petroperú reflete os grandes empréstimos feitos para reformar a Refinaria Talara. O financiamento da Petrobras e da Ecopetrol é descontado para refletir o capital e os custos operacionais apenas de suas operações na Amazônia, enquanto o empréstimo à PetroEcuador é 100% direcionado à Amazônia.

2. Citibank

O Citibank é o segundo maior banco em financiamentos diretos relacionados às atividades de petróleo e gás da Amazônia, tendo direcionado mais de US\$ 1,85 bilhão (est.) para o setor de petróleo e gás entre 2009 e 2023. É o terceiro maior financiador geral em financiamentos indiretos, com uma estimativa de US\$ 16,2 bilhões desde 2009.

O Citibank é considerado o banco com maior influência nas transações envolvendo petróleo e gás na Amazônia, tendo participado de mais de 120 operações relacionadas à região (25% de todas as transações na base de dados) nos últimos 15 anos e assumido um papel de liderança em 80% das vezes (ver Figura 5).

É o principal banco dos EUA a financiar empresas petrolíferas, incluindo a GeoPark e a Frontera. É também o segundo maior financiador de empresas petrolíferas estatais, com um valor estimado em US\$ 1,2 bilhão, e o único banco que financiou a PetroEcuador, assumindo um papel de liderança na emissão de títulos para apoiar o pagamento de subcontratados para a extração de petróleo na Amazônia equatoriana.

O Citibank também é um importante financiador de comerciantes globais de petróleo amazônico, tendo concedido US\$ 4,3 bilhões nos últimos 15 anos a empresas como Gunvor, Shell, Trafigura e PTT.

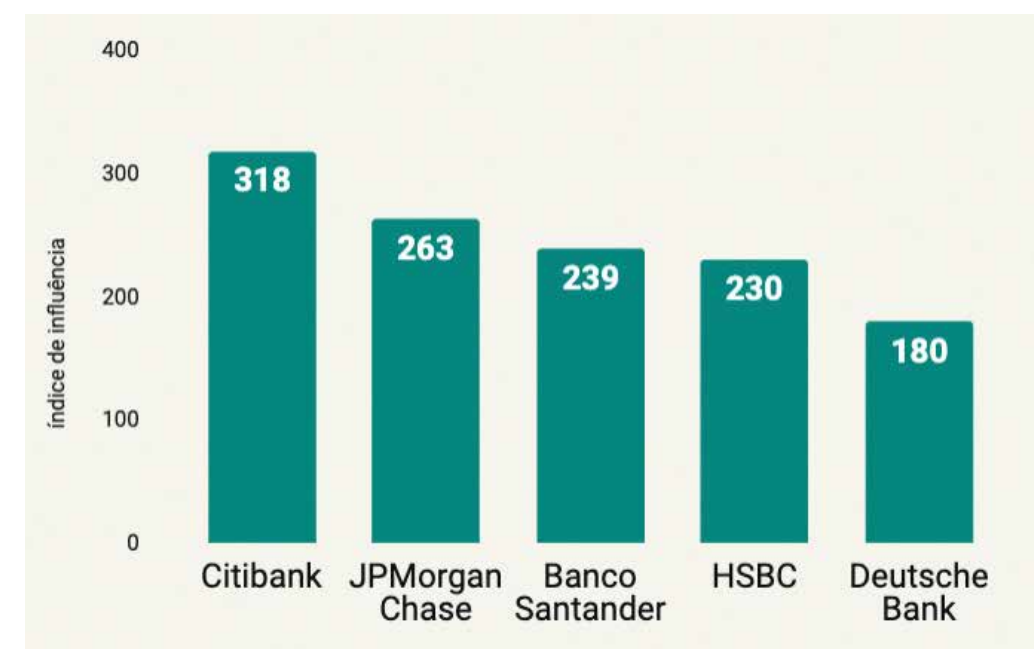


Figura 5. O Citibank tem uma vantagem significativa no que diz respeito ao seu índice de influência, ou seja, o número de funções que desempenha, ponderado por sua liderança ou participação em transações em que está envolvido e que implicam em risco de impactos negativos na Amazônia.

3. Itaú Unibanco

O Itaú Unibanco é o terceiro maior banco em financiamentos diretos relacionados às atividades de petróleo e gás da Amazônia, tendo direcionado mais de US\$ 1,74 bilhão (est.) para o setor na última década. O banco participou de 71 transações nos últimos 15 anos, assumindo uma posição de liderança em 72% das vezes. O Itaú Unibanco está entre os cinco maiores financiadores com exposição mais direta à Amazônia; no entanto, ele nem sequer aparece entre os 20 primeiros bancos quando se leva em conta todos os financiamentos relacionados à região, o que ressalta a importância desse banco regional para o setor de petróleo e gás, embora outros bancos na lista sejam financiadores de combustíveis fósseis muito maiores em nível global.

Não é de surpreender, portanto, que o Itaú Unibanco seja o maior financiador de empresas petrolíferas na Amazônia, tendo investido US\$ 1,68 bilhão em financiamento de projetos apenas nos últimos 4 anos (ver Figura 6). A maior parte desse valor corresponde à subscrição de títulos (US\$ 1,3 bilhão) para a Eneva S.A., responsável pelos campos de gás na Bacia do Solimões, na Amazônia brasileira. A Eneva S.A. também é responsável pelo desenvolvimento do Complexo Parnaíba, próximo a Santo Antônio dos Lopes, no estado brasileiro do Maranhão – **a maior bomba de carbono do setor de petróleo e gás na Amazônia.**²⁸

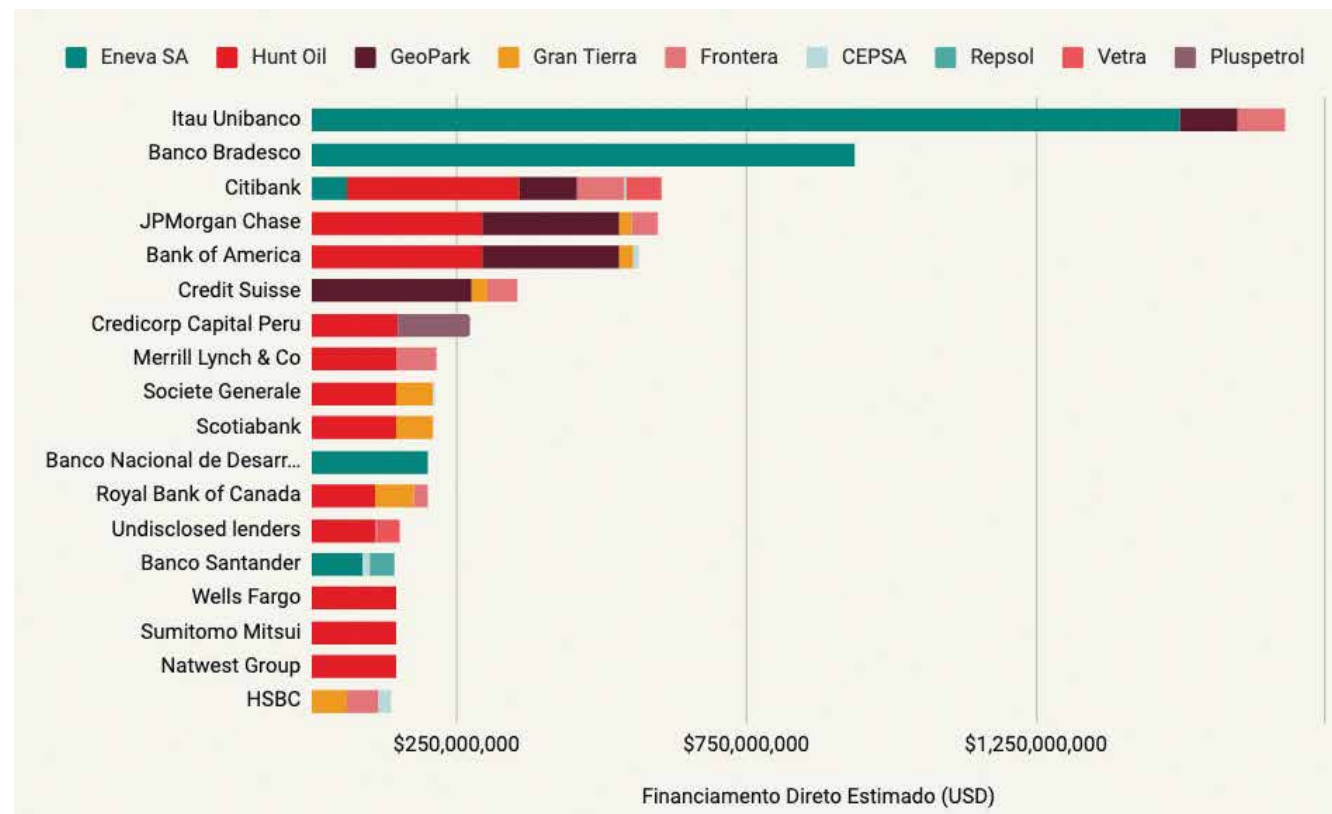


Figura 6. Financiamento direto estimado (em USD) para produtores privados de petróleo e gás.

4. HSBC

O HSBC é o quarto maior banco em financiamentos diretos relacionados às atividades de petróleo e gás da Amazônia, tendo direcionado US\$ 1,3 bilhão (est.) para o setor de petróleo e gás entre 2009 e 2023. É também o quarto maior responsável por financiamentos indiretos, com uma estimativa de US\$ 15,5 bilhões desde 2009. O HSBC é a quarta maior instituição influente na região, tendo participado de mais de 85 transações nos últimos 15 anos, assumindo um papel de liderança em 81% das vezes.

O HSBC é o principal financiador de projetos de petróleo e gás (ver Figura 7), incluindo o financiamento do projeto de modernização da Refinaria Talara da Petroperú, e o terceiro maior financiador de empresas petrolíferas estatais, incluindo a Petroperú, a Petrobras e a Ecopetrol. O banco é um dos principais financiadores de comerciantes de petróleo, tendo concedido US\$ 5,6 bilhões nos últimos 15 anos para empresas como a Shell e a PTT, que são as principais transportadoras de petróleo amazônico para o estado da Califórnia. Por fim, o HSBC é um dos principais financiadores de empresas petrolíferas, incluindo a Frontera e a Gran Tierra, ambas com operações de perfuração de petróleo nas regiões amazônicas da Colômbia e do Equador.

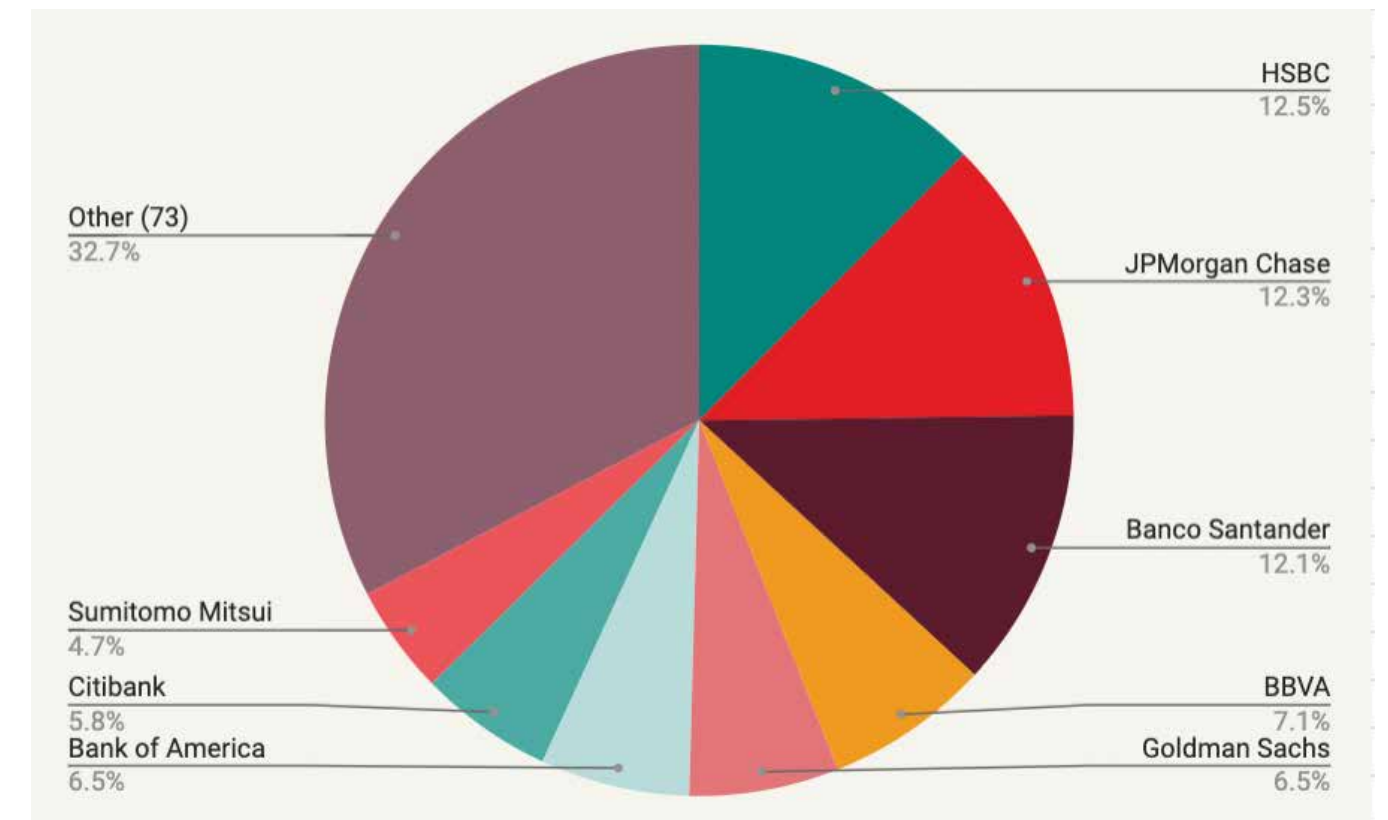


Figura 7. HSBC, JPMorgan Chase e Banco Santander são líderes na concessão de financiamento para projetos na Amazônia, com um valor total de US\$ 8,5 bilhões.

5. Banco Santander

O Banco Santander é o quinto maior banco em financiamentos diretos relacionados às atividades de petróleo e gás da Amazônia, tendo destinado mais de US\$ 1,27 bilhão (est.) ao setor de petróleo e gás somente desde 2017. O grande volume de financiamentos diretos recentes é parte da razão pela qual o banco foi considerado o maior financiador em 2022 no ranking dos bancos que financiam o setor de petróleo e gás da Amazônia no relatório Banking on Climate Chaos (“Financiando o caos climático”).²⁹ Ele também é o sétimo maior responsável por financiamentos indiretos, com uma estimativa de US\$ 13,9 bilhões desde 2009.

O Banco Santander participou de 95 transações nos últimos 15 anos e assumiu um papel de liderança em 76% das vezes. Os acordos do banco incluem empresas petrolíferas como a Petroquímica Comodoro Rivadavia, que opera blocos de petróleo na Amazônia equatoriana. Ele também financia a Eneva SA, cujo enorme complexo de gás em Parnaíba é um grande emissor de carbono.

O Santander também é um dos principais financiadores de empresas petrolíferas estatais, incluindo a Petrobras, a Ecopetrol e a Petroperú. O banco concedeu quase US\$ 1 bilhão em financiamento para a modernização Refinaria Talara da Petroperú, que incluem a expansão da produção diária da refinaria e o processamento de petróleo proveniente da Amazônia peruana.

O Santander também financiou o projeto da Refinaria Pampilla da Repsol no Peru em 2016. Quase 52 milhões de barris de petróleo bruto Napo e Oriente provenientes da Amazônia equatoriana foram destinados à refinaria entre 2016 e 2023.³⁰



6. Bank of America

O Bank of America (BoA) é o sexto maior banco em financiamentos diretos relacionados às atividades de petróleo e gás da Amazônia, tendo destinado quase US\$ 1,2 bilhão (est.) ao setor desde 2009. É também o décimo primeiro maior responsável por financiamentos indiretos, com uma estimativa de US\$ 9,5 bilhões em financiamentos entre 2009 e 2023.

O Bank of America esteve envolvido em 62 transações nos últimos 15 anos e assumiu um papel de liderança em 65% das vezes. As operações do banco incluem empresas petrolíferas como a GeoPark, que atualmente está expandindo suas operações de perfuração de petróleo na Amazônia colombiana e equatoriana. O envolvimento do BoA incluiu o financiamento da aquisição pela GeoPark da Amerisur, empresa que tem um histórico negativo na Colômbia. Ele também financia a Gran Tierra, cujas operações na Colômbia estão localizadas nos Andes Tropicais, onde a Amazônia se encontra com os Andes – o principal hotspot de biodiversidade do mundo. O BoA também apoiou a emissão de títulos no valor de US\$ 600 milhões em 2018 pela Hunt Oil para o Projeto Gás de Camisea.³¹ O projeto ameaça os povos indígenas isolados da extensa Floresta Amazônica do Peru de envenenamento por mercúrio, contaminação da água, doenças devido ao contato e perda da segurança alimentar.³²

O BoA também é um importante financiador de empresas petrolíferas estatais, incluindo a Petroperú. O banco concedeu mais de US\$ 500 milhões em financiamento para a modernização da Refinaria Talara da Petroperú.



7. Banco Bradesco

O Bradesco é o sétimo maior banco em financiamentos diretos relacionados às atividades de petróleo e gás da Amazônia, tendo destinado mais de US\$ 1 bilhão (est.) para o setor desde 2009. O banco tem uma participação em financiamentos indiretos muito menor em comparação com outros entre os oito primeiros, ocupando a 24ª posição em financiamentos indiretos, com uma estimativa de US\$ 6,1 bilhões no mesmo período.

O Bradesco participou de 50 transações na base de dados, concentrando-se especificamente em investimentos em petróleo e gás no Brasil, com mais de US\$ 5,6 bilhões em títulos e empréstimos à Petrobras, dos quais 1,4% (US\$ 78 milhões) é considerado financiamento direto, com base nos custos operacionais e de capital da Petrobras associados aos seus blocos em Urucu, na Amazônia.

O Bradesco também é um dos principais financiadores da Eneva S.A., para a qual subscreveu quase US\$ 1 bilhão em títulos desde 2014. O banco também esteve envolvido nas emissões de títulos da Queiroz Galvão S.A., que é proprietária da Enauta Energia, uma das empresas que extrai petróleo na foz do Amazonas. A Enauta tem uma participação de 100% no bloco FZA-M-90.



8. Goldman Sachs

O Goldman Sachs é o oitavo maior banco em financiamentos diretos relacionados às atividades de petróleo e gás da Amazônia, tendo destinado um valor estimado de US\$ 741 milhões para o setor desde 2009. Ele ocupa a 14ª posição em financiamentos indiretos, com uma estimativa de US\$ 8,4 bilhões em financiamentos no mesmo período. O banco participou de 52 transações na Amazônia.

Assim como o BoA, o Goldman Sachs também é um grande financiador de empresas petrolíferas estatais, incluindo a Petroperú. O banco concedeu mais de US\$ 500 milhões em financiamento para a modernização da Refinaria Talara da Petroperú, que incluem a expansão de sua produção diária e o processamento de petróleo proveniente da Amazônia peruana.

O Goldman Sachs também foi um dos principais bancos na oferta de títulos no valor de US\$ 2 bilhões da Ecopetrol em 2020 e liderou, juntamente com o Credit Suisse, um acordo em 2017 para subscrever US\$ 425 milhões em títulos emitidos pela GeoPark. O dinheiro foi usado para reestruturar a dívida e liberar dinheiro para a empresa, e o envolvimento do Goldman e do Credit Suisse sem dúvida deu credibilidade e aumentou a confiança no investimento na produtora de petróleo e gás.



POR QUE INCLUIR O FINANCIAMENTO INDIRETO?

Para todos esses bancos, apenas uma parte dos financiamentos aos combustíveis fósseis foi contabilizada como apresentando risco direto de causar danos à Amazônia. O restante – um valor estimado em US\$ 385 bilhões – é considerado de risco indireto, porque não há transparência suficiente sobre como o capital levantado por meio de empréstimos e títulos é gasto, o que dificulta a estimativa do impacto à Amazônia. Esse é o caso de acordos com empresas multinacionais com atividades na Amazônia, bem como em várias regiões do mundo, e também com empresas como comerciantes globais de petróleo, cujas linhas de crédito de bilhões de dólares podem ser usadas em qualquer lugar sem o escrutínio de seus financiadores.

Embora seja difícil rastrear o financiamento indireto, é importante incluí-lo na análise, pois vários atores importantes no setor de petróleo e gás da Amazônia não seriam levados em consideração se o financiamento indireto fosse deixado de fora. Esses atores incluem todas as empresas estatais chinesas que operam na Amazônia (incluindo a Andes Petroleum, PetroChina, PetroOriental e Sinopec), bem como a Repsol e comerciantes de petróleo, incluindo Gunvor, PetroChina, Trafigura, Vitol, PetroThailandia (PTT), Shell, Marathon e Unipeç.

Esses atores são particularmente perigosos porque são capazes de levantar capital substancial para a expansão do setor de petróleo e gás por meio de financiamentos para “fins corporativos gerais” (GCP, na sigla em inglês) e, ao mesmo tempo, não estão expostos ao mesmo escrutínio que os bancos envolvidos em empréstimos específicos de ativos e subscrição de títulos (por exemplo, financiamento de projetos) ou em financiamentos de empresas menores cujas atividades são mais focadas geograficamente na Amazônia. Os dados sobre o uso de recursos para a maioria (66%) das transações consideradas “indiretas” indicam simplesmente “fins corporativos gerais”, o que inclui toda e qualquer atividade lícita dentro de uma empresa. O filtro negativo de risco socioambiental (ESR, na sigla em inglês) dos bancos para a concessão empréstimos corporativos na modalidade “GCP” e a subscrição de títulos concentra-se no nível corporativo, o que significa que a unidade primária de análise é a própria empresa, e não um projeto ou ativo específico com base em um local.³³ Isso significa que uma empresa multinacional e multissetorial pode ter muito menos escrutínio sobre suas operações na Amazônia durante a triagem para financiamento na modalidade GCP do que se estivesse solicitando financiamento a um projeto ou outro ativo específico na Amazônia, ou se uma empresa menor e com uma única atividade estivesse solicitando financiamento na modalidade GCP.

Um exemplo disso é a linha de crédito rotativo anual da Gunvor, respaldada por vários bancos europeus, incluindo ING e Société Générale, que atuam como bookrunners, além do Natixis, UBS, Credit Suisse e Rabobank. A linha de crédito, no valor de US\$ 990 milhões em 2022, foi subscrita em excesso em 2022 e em 2021 por sindicatos de mais de 20 bancos, o que significa que, em ambos os anos, a linha de crédito acabou sendo maior do que a solicitada inicialmente pela Gunvor. Isso indica a popularidade da Gunvor entre as instituições financeiras. A linha de crédito é assinada em favor de seis entidades da Gunvor e utilizada para fins corporativos gerais, o que significa que o dinheiro pode ser gasto em qualquer atividade que a Gunvor realize globalmente.³⁴ Um grande empréstimo sindicalizado na modalidade “GCP” no valor de bilhões de dólares como esse pode ser respaldado pelos bancos com base na triagem corporativa, na qual o 1% estimado de comércio global de petróleo que a Gunvor realiza na Amazônia pode não chamar muita atenção. Entretanto, ao mesmo tempo, os bancos não saberiam quanto do capital levantado seria destinado às operações da Gunvor na Amazônia.

Esse 1% de operações na Amazônia pode parecer um risco baixo para os bancos envolvidos na linha de crédito rotativo da Gunvor, mas o impacto da empresa na região tem um fator de risco muito maior. Em 2021, um indivíduo afiliado à Gunvor admitiu ter pagado mais de US\$ 22 milhões em subornos no período de 2012 a 2019 a autoridades equatorianas para garantir acordos petrolíferos favoráveis à Gunvor. As investigações revelaram que cerca de US\$ 4 bilhões podem ter sido desviados do país nesse período pela Gunvor e empresas afiliadas, como a Castor Petroleum, a Taurus Petroleum e a Core Petroleum, como resultado desses acordos.³⁵ As comunidades locais que vivem nas proximidades das infraestruturas de petróleo e gás e que sofrem os efeitos sobre sua saúde nunca se beneficiaram desse dinheiro. Todo o petróleo comercializado era proveniente da Amazônia.³⁶

Essa história não é nova. Em 2019, a Gunvor foi multada em US\$ 95 milhões por subornar funcionários no Congo e na Costa do Marfim para que também pudesse lucrar com o comércio de petróleo proveniente da África Ocidental.³⁷ Apesar da ampla cobertura e do envolvimento de vários órgãos responsáveis pelo cumprimento da lei, esse tipo de histórico de corrupção parece ter tido pouco impacto sobre a capacidade da Gunvor de obter novos financiamentos externos de bancos que contam com políticas voltadas aos direitos humanos e à biodiversidade – mesmo com um histórico de corrupção e comercialização de petróleo e gás provenientes de florestas tropicais, que são fundamentais para a mitigação do clima e para a subsistência dos povos indígenas.

Além disso, mesmo quando os bancos tomam medidas adicionais para filtrar e excluir empresas no nível corporativo, eles criam brechas em suas políticas que favorecem grandes clientes multinacionais e multissetoriais. Embora os filtros negativos e as exclusões se concentrem em restringir o apoio direto a projetos envolvendo petróleo e gás, como de areias betuminosas e petróleo do Ártico, elas não restringem de forma adequada o apoio em nível corporativo às empresas por trás desses projetos.³⁸ As exclusões e triagens corporativas normalmente se baseiam em um limite de receita, como se vê nas exclusões de areias betuminosas do Natixis, em que o financiamento específico é excluído, mas o financiamento na modalidade GCP só é excluído quando as atividades relacionadas a areias betuminosas da empresa representam 30% ou mais das operações corporativas. Isso significa que empresas de combustíveis fósseis maiores e mais diversificadas podem obter empréstimos na modalidade GCP que podem ser aplicados a qualquer projeto ou atividade em que estejam envolvidas, com muito pouco escrutínio dos bancos, porque nenhum projeto representa mais de 30% de suas atividades.

O risco à reputação dos bancos também desempenha um papel nesse caso. Embora o financiamento de projetos, que é inerentemente baseado no local do projeto e normalmente envolve as partes interessadas, exponha os bancos à cumplicidade em impactos socioambientais negativos, há muito menos riscos à reputação se muitos bancos atuarem como financiadores (um sindicato de bancos) em financiamentos do tipo GCP, pois o financiamento não está diretamente ligado aos impactos negativos dos projetos ou das práticas de seus clientes.

Os bancos também tentam argumentar que manter o relacionamento com as empresas de combustíveis fósseis é a única maneira de incentivar a redução de emissões, mas dificilmente se pode dizer que fazer parte de uma grande ferramenta financeira sindicalizada dá a qualquer banco muita influência sobre um cliente que tem tantos outros dispostos a financiá-lo.

Quando o argumento do compromisso é ineficaz, os bancos também argumentam que devem promover uma transição estável dos combustíveis fósseis³⁹, sugerindo que uma ação urgente e corajosa para limitar o aquecimento a 1,5°C até 2027⁴⁰ seria mais desastrosa do que arriscar nosso futuro no desenvolvimento lento de estratégias para zerar as emissões líquidas até 2050.

Tudo isso ilustra o fracasso da triagem de ESR por parte dos bancos, ou talvez a eficácia das brechas incorporadas a esses sistemas. **A gestão de riscos socioambientais de alguns bancos pode ser uma maquiagem verde, ou greenwashing, com brechas e justificativas aparentemente infinitas para continuar operando como de costume, mesmo com a proliferação de compromissos para zerar as emissões líquidas e o céu coberto de fumaça.** O CEO do Royal Bank of Canada, David McKay, chegou a criticar o público geral por pedir aos bancos e às empresas de combustíveis fósseis que carreguem o fardo de deter a crise climática, afirmando que “estamos colocando toda a pressão da sociedade para mudar o lado da produção e oferta e tornar essa jornada mais fácil para nós, cidadãos, e até agora, na maior parte das vezes, não parecemos dispostos a mudar nossos comportamentos de consumo ou de mobilidade para reduzir nossa pegada”.⁴¹ É uma audácia que o CEO do maior banco envolvido com combustíveis fósseis do mundo sugira que os impactos de ações individuais estejam no mesmo nível da responsabilidade dos produtores de combustíveis fósseis. Um relatório de 2020 registrou que 63% do dióxido de carbono e do metano emitidos entre 1751 e 2010 são atribuíveis a apenas 90 entidades, incluindo 56 empresas de petróleo e gás.⁴²

Por fim, olhar apenas para o financiamento direto restringe o foco à Amazônia, o que pode, na verdade, limitar a ação dos bancos quando se trata de mudanças climáticas. Como ilustrado pelo exemplo da Gunvor, os bancos que diminuem seus financiamentos diretos não precisam efetivamente reduzir seu apoio a seus clientes do setor de combustíveis fósseis, basta que estruturam as ferramentas financeiras de forma diferente para que o uso dos recursos seja menos rastreável. Também é importante lembrar que todos os financiamentos analisados aqui são destinados a combustíveis fósseis. Títulos verdes, empréstimos vinculados à sustentabilidade e financiamento de projetos não relacionados ao petróleo e gás da Amazônia foram todos excluídos da base de dados, restando mais de US\$ 400 bilhões em financiamentos de combustíveis fósseis expostos ao risco relacionado à Amazônia. Independentemente de todo esse financiamento dos bancos ter sido ou não gasto na extração de petróleo e gás da Amazônia, ele foi usado para apoiar um setor que está impulsionando a crise climática globalmente.

ESTUDOS DE CASO

Itaú Unibanco financia uma bomba-relógio de carbono

O Itaú Unibanco e outros bancos brasileiros, incluindo o Banco Bradesco e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), bem como o banco espanhol Santander, que tem uma presença importante no Brasil, concederam financiamentos no valor estimado de US\$ 3 bilhões à Eneva, a partir de 2009, incluindo US\$ 1 bilhão em financiamento de projetos (títulos) para o enorme Complexo Parnaíba. Localizado próximo à cidade de Santo Antônio dos Lopes, no estado do Maranhão, o complexo é uma bomba de carbono – um projeto que pode liberar mais de 1 gigatonelada de emissões de CO₂ na atmosfera durante sua vida útil, acabando com nossas chances de limitar o aquecimento global a 1,5 °C.⁴³

Além de outras operações de financiamento de projetos entre 2019 e 2022, o Itaú Unibanco foi o único gestor de uma emissão de títulos no valor estimado de US\$ 180 milhões especificamente para Parnaíba II, a segunda de várias usinas no local, com capacidade de geração de 519 megawatts.⁴⁴ Embora o Itaú seja signatário dos Princípios do Equador, nenhum dos financiamentos concedidos na forma de emissão de títulos está coberto por esse compromisso, que abrange apenas empréstimos. Isso significa que o banco não foi obrigado a aplicar os princípios ou a apresentar um relatório sobre o projeto. No total, o Itaú Unibanco destinou à Eneva quase US\$ 1,5 bilhão entre 2013 e 2022 (ver Figura 8).

O Itaú Unibanco também liderou, juntamente com o Citibank, o Santander e o Banco Bradesco, os títulos emitidos pela Eneva para levantar capital para projetos como a TPP Azulão, uma usina termelétrica a gás natural com capacidade de geração de 295 megawatts no estado do Amazonas.

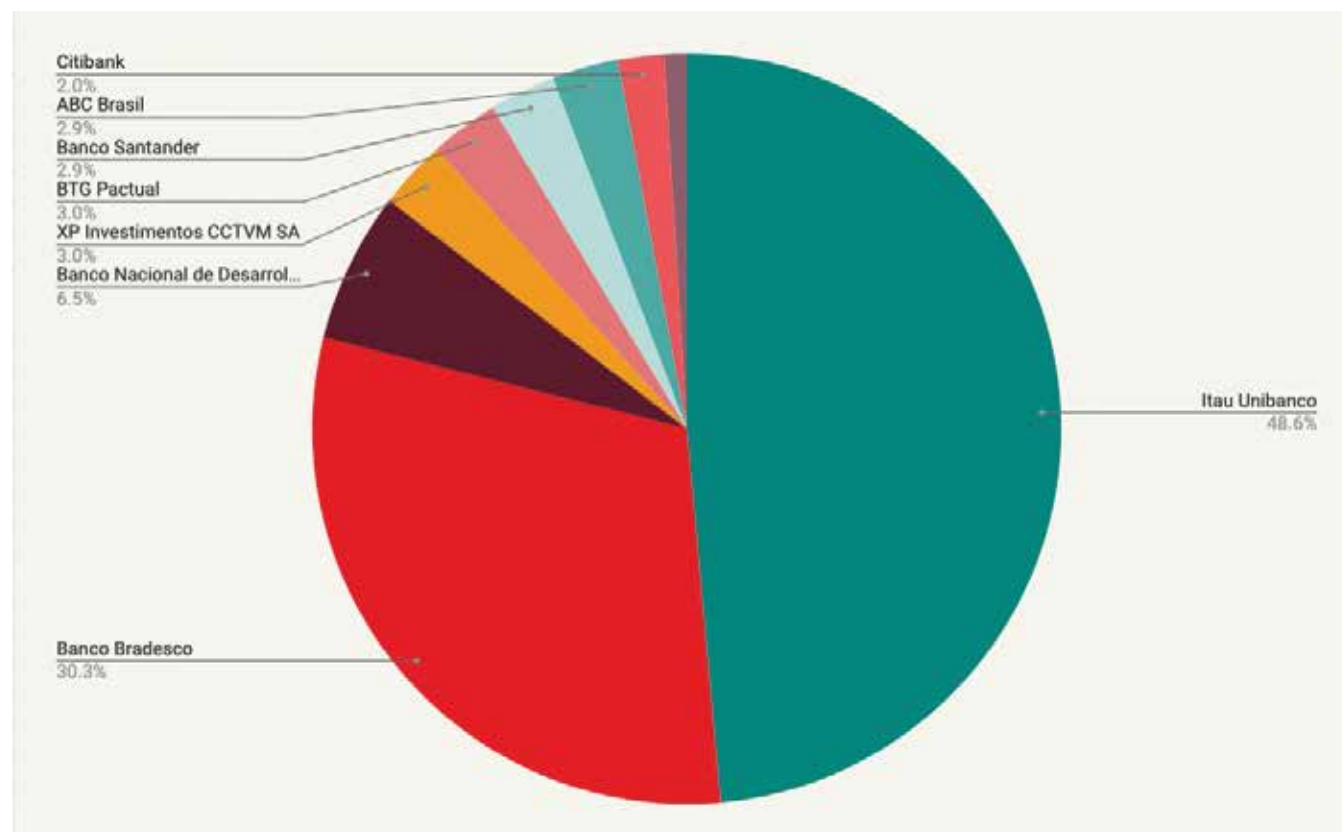


Figura 8. O Itaú Unibanco tem uma participação de 49% no financiamento documentado na base de dados para a Eneva entre 2009 e 2023.

Bancos canadenses emprestaram um bilhão de dólares para empresas petrolíferas canadenses na Amazônia

O Royal Bank of Canada (RBC), o maior financiador de combustíveis fósseis do mundo em 2022⁴⁵, encabeça uma lista de bancos canadenses, incluindo o Scotiabank e o Canadian Imperial Bank of Commerce (CIBC), bem como investidores privados como a GMP Securities (Stiftel), que emprestaram cerca de US\$ 1 bilhão para a Frontera Energy e a Gran Tierra entre 2011 e 2019. Esse financiamento inclui cerca de US\$ 300 milhões considerados financiamento direto para as operações de perfuração de petróleo dessas empresas na Amazônia. A Frontera e a Gran Tierra são empresas canadenses que operam nas florestas amazônicas do Equador, Colômbia e Peru.

As operações da Gran Tierra na Colômbia estão concentradas na Amazônia e na zona de transição entre os Andes e a Amazônia, conhecida como Andes Tropicais. Essa é a região mais rica e de maior diversidade do planeta.⁴⁶ As operações da Gran Tierra, incluindo o bloco “PUT-10” nos Andes Tropicais e o projeto “APE La Cabaña” no “PUT-1” na Amazônia, sofrem a oposição dos Inga, os povos indígenas locais que possuem sete reservas dentro e ao redor das áreas de operação. Os Inga alegam que seu direito ao consentimento livre, prévio e informado (CLPI) foi violado pelo governo colombiano e pela empresa.⁴⁷ Em 31 de dezembro de 2022, a Gran Tierra suspendeu o projeto “APE La Cabaña”. Os Inga alegam que isso se deve ao fato de a empresa não querer se submeter a um longo processo de CLPI, enquanto a Gran Tierra afirma que está mudando o foco para outras partes do PUT-1.⁴⁸ Ainda não se sabe se a Gran Tierra limpará o que restou do projeto, que a comunidade diz estar incompleto, e se a empresa reconhecerá os outros territórios de comunidades indígenas que se encontram em seus blocos petrolíferos.

A Frontera foi a operadora do Bloco 192 até 2021, quando abandonou o bloco e saiu do Peru. A empresa deixou em seu rastro derramamentos de petróleo não remediados e águas contaminadas. As comunidades indígenas da região ainda esperam que a Frontera cumpra seu plano de retirada e despolua o local.⁴⁹ Enquanto isso, a empresa continua a expandir a produção de petróleo amazônico na Colômbia e no Equador, incluindo a exploração de petróleo nos blocos Perico e Espejo, na região de Sucumbios, no Equador, e na região de Caguan, na Colômbia.

O Royal Bank e o Scotiabank não podem continuar a apoiar empresas multinacionais de combustíveis fósseis que promovem supostos abusos ambientais e de direitos humanos. Da mesma forma, o governo canadense tem a responsabilidade de fiscalizar tais práticas. No entanto, não há filtro negativo por parte de nenhum dos bancos, nem medidas eficazes por parte do governo para fazer justiça nessas questões.⁵⁰

Citibank financia expansão do petróleo na Amazônia

Em 2017, o Citibank foi o único subscritor de US\$ 615,3 milhões em títulos emitidos pela Petroamazonas (agora PetroEcuador) para pagar dívidas com fornecedores e prestadores de serviços, especialmente a Schlumberger – a empresa petrolífera devia mais de US\$ 850 milhões pela perfuração de petróleo nos blocos Shushufindi e Auca, na Amazônia equatoriana, entre 2015 e 2017.⁵¹ O envolvimento do Citibank no acordo também deu a credibilidade necessária à empresa petrolífera estatal, que iniciou uma campanha de perfuração maciça com a Schlumberger no Bloco ITT no Parque Nacional Yasuni.

Em 2020, o Citibank, juntamente com o Itaú Unibanco, concedeu à GeoPark um empréstimo- ponte para garantir a aquisição da Amerisur – uma pequena produtora de petróleo colombiana com um histórico de contaminação dos territórios indígenas na Amazônia.⁵² Em seguida, o Citibank e o Itaú Unibanco atuaram como bookrunners de uma emissão de títulos de US\$ 350 milhões para a GeoPark, que levantou o capital necessário para pagar a compra.⁵³ A aquisição da Amerisur levou a GeoPark à Amazônia colombiana e, com ela, todo o legado sujo da Amerisur em Putumayo, incluindo o bloco Platanillo, onde os povos indígenas Siona alegam que a Amerisur poluiu seus cursos d'água e comprometeu sua saúde e subsistência.⁵⁴ A GeoPark viu a aquisição como uma oportunidade de usar o bloco Platanillo, o bloco mais comercialmente viável nas operações da Amerisur, como uma “base de fluxo de caixa estável”, enquanto expandia a produção petrolífera em outras “licenças de exploração altamente prospectivas”, ou seja, para outros blocos que se sobrepunham ao território indígena em Putumayo (por exemplo, PUT-8, PUT-9 e PUT-12), nos quais a GeoPark tinha compromissos de capital em 2021.⁵⁵

O Citibank desempenhou um papel decisivo ao fornecer o financiamento e a credibilidade para a expansão do petróleo no Equador, na Colômbia e no Brasil.

Em 2022, o Citibank assumiu um papel de liderança nas emissões de títulos realizadas pela Eneva S.A., incluindo a captação de capital para a construção da TPP Azulão, uma usina termelétrica a gás natural com capacidade de geração de 295 megawatts no estado do Amazonas.⁵⁶ A usina enfrentou a oposição de grupos ambientalistas brasileiros que apontam que o processo de licenciamento ambiental da usina foi feito às pressas, sem tempo para uma avaliação de impacto adequada para um projeto que ameaça a qualidade local do ar e da água e que contribuirá significativamente para as emissões de gases de efeito estufa.⁵⁷ A usina gerará eletricidade a partir dos campos de gás da Azulão, cuja produção foi iniciada em 2021, expandindo-se para atender à crescente demanda.

Em cada um dos casos, o Citibank desempenhou um papel decisivo ao fornecer o financiamento e a credibilidade para a expansão do petróleo no Equador, na Colômbia e no Brasil. Para um banco que deseja “promover a transição para uma economia com emissão zero de gases de efeito estufa e cumprir a promessa do Acordo de Paris”, como afirmou recentemente a CEO Jane Fraser,⁵⁸ o Citibank não está investindo nos lugares certos. O banco deveria parar imediatamente de financiar a expansão do petróleo e do gás na Amazônia em vez de continuar a operar em um caminho que certamente o impedirá de cumprir a promessa de limitar o aquecimento global a 1,5 oC, conforme previsto no Acordo de Paris.

Bancos estadunidenses lideram o financiamento do projeto da Refinaria Talara da Petroperú

O JPMorgan Chase, o HSBC Securities (EUA), o Bank of America, o Santander Investment Securities Inc, o Citibank e o Goldman Sachs emprestaram mais de US\$ 4,7 bilhões à Petroperú entre 2017 e 2021, liderando o financiamento de projetos com empréstimos e títulos para a modernização da Refinaria Talara pela Petroperú a um total de US\$ 5,8 bilhões.

A Refinaria Talara planeja processar o petróleo dos blocos petrolíferos da Petroperú na Amazônia peruana, incluindo o Bloco 192 e o Bloco 64, onde a extração de petróleo e gás sofre forte oposição da nação Wampis e do povo Achuar de Pastaza. Esses blocos estão conectados a Talara por meio do antigo oleoduto Norte Peruviano.⁵⁹ Devido aos custos excessivos do projeto e ao estado precário do oleoduto, a Petroperú precisa expandir as operações de perfuração de petróleo na Amazônia para produzir o suficiente para cobrir suas dívidas.⁶⁰

É fácil ver a conexão entre os bancos estadunidenses que financiam a modernização da Talara e a expansão do petróleo e gás da Petroperú na Amazônia, e isso não era imprevisível quando os bancos decidiram financiar o projeto.

A modernização está programada para ser concluída em 2023 e, depois disso, cerca de 95.000 barris de petróleo poderão ser processados por dia.⁶¹ A Petroperú também se prepara para reiniciar as operações no Bloco 192, depois que ele foi abandonado pela Pluspetrol em 2015 e suspenso pela Frontera em 2021.⁶² O Bloco 192 tem um longo histórico de poluição e má gestão, começando com a Occidental Petroleum e continuando com a Pluspetrol e a Frontera – sendo que nenhuma dessas situações foi devidamente remediada. As comunidades indígenas que sofreram as consequências ambientais e de saúde se opuseram às atividades no bloco, mas recentemente aceitaram as operações petrolíferas após complexas negociações sobre remediações e compensação, embora as atividades de remediação estejam longe de serem concluídas.⁶³ Estima-se que o Bloco 192 produzirá 10.000 barris por dia quando estiver em pleno funcionamento, ou cerca de 10% da capacidade diária total da refinaria Talara após as atualizações.

É fácil ver a conexão entre os bancos estadunidenses que financiam a modernização da Talara e a expansão do petróleo e gás da Petroperú na Amazônia, e isso não era imprevisível quando os bancos decidiram financiar o projeto. O impacto de toda essa dívida agora dificulta a resistência das comunidades indígenas à expansão do petróleo, enquanto o legado de derramamentos no oleoduto e no Bloco 192 representa um futuro sombrio para a Amazônia peruana. Os bancos que quiserem reverter o curso desse desastre devem desenvolver swaps de dívida por natureza que reduziriam a pressão da expansão do petróleo na Amazônia para pagar os credores do Peru.

ESTRATÉGIA EXIT AMAZON OIL AND GAS

Um plano em cinco etapas

Então, como seria uma estratégia de exclusão geográfica para abandonar o petróleo e gás amazônicos? Os bancos precisam criar e comunicar estratégias de saída que detalhem suas metas e o cronograma para a implementação completa da exclusão. Uma estratégia de saída deve incluir:

1

Um compromisso imediato de não realizar novos financiamentos e investimentos em petróleo e gás no bioma amazônico, de acordo com o recente anúncio da AIE, com as metas do Acordo Climático de Paris e com compromissos e metas sérias de zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2050 e trajetórias de descarbonização.

2

Exclusões de financiamentos comerciais novos e existentes para o petróleo da Amazônia ocidental, que devem ser imediatamente estendidas a todo o bioma amazônico como parte da exclusão geográfica e devem ser elaboradas de modo a excluir o petróleo bruto e os produtos refinados que são exportados dos principais portos identificados.

4

Um compromisso de abandonar todos os financiamentos e investimentos existentes em petróleo e gás no bioma amazônico o mais rápido possível e, no máximo, até o final de 2025.

3

Um compromisso de encerrar todos os empréstimos, cartas de crédito e linhas de crédito rotativo (RCFs) para todos os comerciantes de petróleo ativos no bioma amazônico assim que for contratualmente possível e, no máximo, até o final de 2025, especialmente aqueles que estiveram envolvidos em controvérsias de corrupção.

5

Um compromisso de participar de acordos financeiros na Amazônia que apoiem a energia verde, a transição justa, swaps de dívida por natureza e a gestão das terras indígenas.

Cobertura de uma estratégia de saída da Amazônia

Para uma cobertura completa, a exclusão deve abranger todas as atividades de petróleo e gás, incluindo exploração, desenvolvimento, produção, comércio, transporte (por exemplo, oleodutos) e todos os financiamentos em nível corporativo (empréstimos e títulos).

Quanto aos investimentos, todas as ações e títulos detidos diretamente pelo banco devem ser excluídos. Além disso, as empresas que tenham mais de 5% de receita proveniente de atividades de petróleo e gás devem ser consideradas de alto risco no âmbito de ESR e sujeitas a revisões anuais e triagem de transações.

As empresas que detêm quaisquer reservas de petróleo ou gás no bioma amazônico também devem ser consideradas de alto risco em termos de ESR e sujeitas à triagem de suas transações para garantir que quaisquer atividades de financiamento ou investimento por parte dos bancos não estejam relacionadas ao petróleo e gás amazônicos.

Conexão com outras políticas

Uma exclusão em toda a Amazônia complementaria outras políticas, como as políticas intersetoriais sobre biodiversidade e direitos humanos, e ampliaria sua efetividade na Amazônia. Também ajudaria a complementar as políticas e exclusões existentes no setor de petróleo e gás, que atualmente não são suficientemente abrangentes, além de contribuir para as metas climáticas.

Os bancos que já possuem políticas sobre o Ártico, areias betuminosas, direitos indígenas e outras relacionadas devem considerar uma política de saída da Amazônia como uma próxima etapa importante e coerente no desenvolvimento de políticas bancárias.

Sobre a campanha Exit Amazon Oil and Gas

A **campanha Exit Amazon Oil and Gas**, coordenada pela Stand.earth em colaboração com a COICA, organização indígena pan-amazônica, pede que os bancos se comprometam a não financiar a exploração de petróleo e gás no bioma amazônico.

A campanha se baseia em uma pesquisa realizada pelo Stand Research Group, a Stand.earth e a Amazon Watch que expõe as ligações entre os principais bancos do Norte Global e o comércio de petróleo e gás na Amazônia. Um relatório de **agosto de 2020 fez com que vários grandes bancos europeus se comprometessem a encerrar o financiamento do comércio de petróleo proveniente do Equador** e, desde então, alguns estenderam esses **compromissos para o Peru**. Essa investigação foi seguida por um relatório intitulado **Banking on Amazon Destruction** (“Financiando a destruição da Amazônia”), que revela as maneiras pelas quais não apenas os bancos europeus, mas também os estadunidenses, continuam altamente expostos aos riscos de violações dos direitos indígenas, degradação ambiental, corrupção e outros danos devido aos seus relacionamentos contínuos com empresas petrolíferas e comerciantes que operam na floresta amazônica.

A campanha Exit Amazon Oil and Gas também contempla uma das estratégias da iniciativa **Amazônia para a Vida: Proteger 80% até 2025**, liderada por comunidades indígenas que pedem a proteção permanente da floresta tropical.

Saiba mais em exitamazonoilandgas.org

CONCLUSÕES

A ciência é clara ao afirmar que, até 2025, 80% do bioma amazônico deve ser protegido, incluindo uma restauração significativa, para evitar que a floresta entre em um ponto de não retorno e que haja um declínio permanente da floresta tropical de alta biodiversidade, transformando-se em uma savana de baixa biodiversidade. O setor de petróleo e gás é uma das principais ameaças no processo de destruição da Amazônia e uma das principais causas da poluição e violação dos direitos e territórios indígenas. O financiamento bancário da extração de petróleo e gás e a expansão dessas atividades facilitam essas investidas devastadoras em territórios indígenas e florestas intactas.

A Amazônia é uma peça fundamental no quebra-cabeça para deter o avanço descontrolado das mudanças climáticas e manter o ciclo hidrológico global, além de ser a região com maior diversidade biológica e cultural do planeta. A influência financeira descomunal dos oito maiores bancos citados neste relatório prejudica a integridade dos ecossistemas da Amazônia e os sistemas sociais das pessoas que dependem deles.

Além disso, o financiamento que os principais bancos e outros bancos na base de dados concedem às empresas de petróleo e gás da região permite que essas empresas continuem a comprar o poder e o acesso necessários para perpetuar o setor, incluindo práticas corruptas. Seja socorrendo empresas estatais como a Petroamazonas, financiando uma bomba de carbono como o Complexo Parnaíba, apoiando a corrupção de comerciantes de commodities de petróleo como a Gunvor ou financiando os projetos da Petroperú, que afetarão povos isolados e direitos indígenas, os bancos são cúmplices de uma série de danos causados pelo setor.

Mesmo com as evidências facilmente observáveis dos legados tóxicos da Occidental e da Chevron, da poluição atual que sufoca as comunidades que vivem perto dos locais de queima e da corrupção, que roubou das nações soberanas a renda necessária para construir um caminho para sair da poluição e da dívida, os bancos parecem adotar uma postura de que a gestão de riscos socioambientais tem a ver com proteger de suas reputações no futuro e não com serem verdadeiramente agentes de mudanças positivas para a Amazônia.

Outro rumo é possível. Esses bancos têm a opção de não financiar a destruição promovida pelo petróleo e gás na Amazônia. Eles têm a opção de não fornecer às empresas do setor acesso fácil ao capital e ao dinheiro para comprar acesso ao poder. Eles podem transferir seu dinheiro do petróleo e do gás para mecanismos financeiros melhores para a Amazônia, que promovam o investimento em energia verde, conservação e estratégias lideradas por indígenas para uma transição justa.

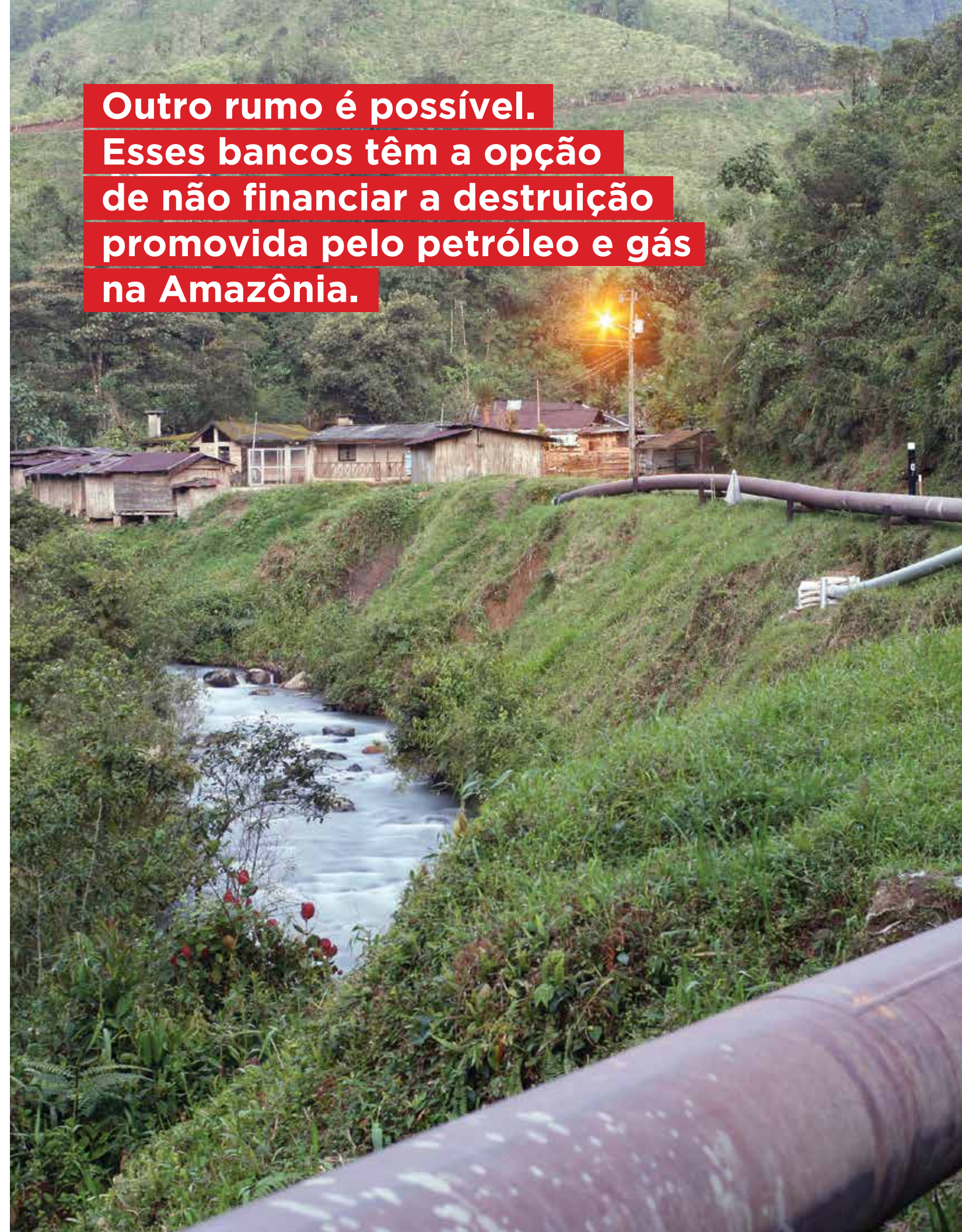


Os bancos começaram a assumir compromissos que se alinham com a **estratégia Exit Amazon Oil & Gas**. Os compromissos recentes do ING e do BNP Paribas, embora não sejam saídas completas, estão alinhados com alguns dos princípios da estratégia e abrem caminho para que o setor bancário em geral deixe de investir em combustíveis fósseis. Quatro bancos têm políticas que restringem o apoio financeiro a empresas ativas na extração de petróleo e gás na Amazônia - BNP Paribas, Société Générale, Intesa Sanpaolo e Standard Chartered. E o BNP Paribas, o ING, o Natixis e o Credit Suisse se comprometeram a excluir de suas carteiras o financiamento comercial do petróleo da Amazônia equatoriana. Até o momento, nenhum compromisso bancário abrange todo o bioma amazônico ou os limites da Amazônia, conforme definido pela RAISG. As exclusões do Standard Chartered e do BNP Paribas abrangem a "Amazônia" ou a "Bacia Amazônica". As políticas do Société Générale e do Intesa Sanpaolo incluem apenas as regiões amazônicas do Equador e do Peru.

Esses não são bancos com baixa exposição ao risco da Amazônia, mas sim com investimentos significativos que, no entanto, estão optando por aplicar estratégias de saída da região. O BNP Paribas, por exemplo, permanece na lista dos 20 principais bancos na Amazônia em nossa análise mais recente, mas está em processo de abandonar o petróleo e gás amazônicos. Seu recente compromisso de encerrar o apoio financeiro ao petróleo da região mostra que mesmo os bancos com exposição significativa e relacionamentos contínuos na região têm capacidade de abandonar a destruição da Amazônia.

Esses são os primeiros passos para uma mudança maior. Os bancos que hoje testam compromissos na Amazônia para abandonar o setor de petróleo e gás podem, amanhã, aplicá-los como políticas intersetoriais que visem proteger os valores socioambientais em todo o mundo e em consonância com um futuro em que se limite o aquecimento global a 1,5 °C. No entanto, nunca haverá uma estratégia em relação à crise climática cuja implementação não seja urgentemente necessária. Em 2023, já passamos do estágio de planejar transições, metas e objetivos para o futuro. É preciso agir agora. O impacto é hoje. O desastre climático na Amazônia e em outros lugares não é uma ameaça, é uma realidade angustiante.

**Outro rumo é possível.
Esses bancos têm a opção
de não financiar a destruição
promovida pelo petróleo e gás
na Amazônia.**



APÊNDICE 1: METODOLOGIA

A base de dados organiza informações financeiras sobre empréstimos e subscrição de títulos identificados no Terminal Bloomberg e atualmente se limita às informações fornecidas por meio desse serviço. O foco é o fluxo de capital financeiro na Amazônia para exploração, produção e comércio de petróleo e gás, especialmente para projetos destinados à expansão da produção petrolífera em blocos de petróleo novos e atuais. A base de dados está evoluindo, e a metodologia será atualizada para refletir isso.

Consultas

O Terminal Bloomberg é utilizado para identificar os produtos de renda fixa neste relatório. A função de pesquisa de renda fixa do Terminal Bloomberg, SRCH, é utilizada para ambas as classes de ativos de títulos corporativos e empréstimos. A lista de empresas de petróleo e gás usada para as consultas foi desenvolvida pelo Stand Research Group no decorrer da pesquisa descrita nos relatórios anteriores (a saber, *European Banks Financing Trade of Controversial Amazon Oil to the U.S.* - <https://stand.earth/resources/european-banks-financing-trade-of-amazon-oil-to-the-u-s/>, *Banking on Amazon Destruction* - <https://stand.earth/resources/banking-on-amazon-destruction/> e *Linked Fates: How California's Oil Imports Affect the Future of the Amazon Rainforest* *How California's Oil Imports* - <https://stand.earth/resources/linked-fates-how-californias-oil-imports-affect-the-future-of-the-amazon-rainforest/>) e é atualizada anualmente para refletir mudanças nos operadores de blocos, na propriedade da empresa, etc.

A consulta inclui todas as negociações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2019. Os negócios encerrados permanecem na base de dados. A justificativa para iniciar a consulta em 1º de janeiro de 2019 e manter os negócios encerrados na base de dados é poder avaliar o envolvimento passado recente de cada banco no setor de petróleo e gás da Amazônia, bem como os acordos atuais, a fim de avaliar a influência geral do banco na região e o potencial para seu envolvimento futuro. As futuras atualizações serão cumulativas, de modo que os totais da base de dados aumentarão com o tempo. Todos os valores financeiros são convertidos em dólares americanos na data de sua consulta no Terminal Bloomberg.

Análise do financiamento bancário por acordo

Em alguns casos, a contribuição financeira de cada banco participante em um acordo é indicada nos resultados da consulta.

Nesses casos, a soma das contribuições de todos os bancos para o acordo é verificada para garantir que totalize o valor do acordo. Quando o total dos valores analisados por banco é igual ao valor do acordo, com uma margem de erro de +/- 5%, essas contribuições são usadas como o compromisso financeiro por banco nesse acordo. Quando a margem de erro é superior a 5%, ou quando a coluna “*Lead Managers*” não identifica a contribuição de cada banco participante na transação, aplica-se a metodologia usada na *Global Coal Exit List* para criar a atribuição com base no número de *bookrunners* em cada transação.

Em geral, os *bookrunners* contribuem mais para as transações do que outros bancos participantes. O tamanho do compromisso de um *bookrunner* em comparação com outros participantes é uma estimativa atribuída com base no índice contábil (*book ratio*). Nessa metodologia, o índice contábil (*book ratio*) é definido como o spread das contribuições financeiras de todos os bancos participantes entre os *bookrunners* e outros gestores, onde:

Índice contábil = (nº de participantes - nº de *bookrunners*)/ nº de *bookrunners*.

O código de função Bloomberg para cada banco na transação é usado para determinar se um banco é um *bookrunner*, um participante ou um não participante (consultor). A todos os bancos que se qualificam como *bookrunners* ou participantes é atribuído um valor do total da transação com base no índice contábil, em que o valor individual atribuído a cada *bookrunner* ou participante é uma parcela igual do total atribuído a cada grupo. Aos bancos e outras empresas envolvidas na transação em funções não participativas (consultivas) não é atribuída nenhuma parte do valor da transação porque eles não contribuem com nenhum financiamento para a transação. Cada banco que tem mais de uma função em uma transação é contado apenas uma vez, sendo considerado como *bookrunner* se uma de suas funções atender a esse critério. Para transações em que nenhum *bookrunner* é identificado, é atribuída a todos os participantes uma parcela igual do valor da transação. Depois que cada transação é analisada, um identificador exclusivo é criado para cada banco em cada transação, com base em sua função e valores atribuídos.

Eliminação de duplicatas

Além do identificador exclusivo por banco e por função em cada operação, cada operação recebe um ID exclusivo, que permite à base de dados rastrear a operação e todos os bancos associados a ela. O identificador consiste no nome do emissor, no valor da transação, na data de emissão e na data de vencimento. Como as transações podem ter parcelas ou ser reemitidas com novos identificadores globais de instrumentos financeiros (FIGIs) e diferentes datas de vencimento ou valores de transação, revisamos manualmente as transações para remover as duplicatas na medida do possível. Se houver suspeita de que uma operação seja duplicada, por exemplo, se a operação tiver o mesmo emissor, data de emissão e valor que outra na base de dados, ela será removida. Da mesma forma, todas as transações de refinanciamento em que o emissor e o valor da transação sejam os mesmos que os de outra transação são removidas se não houver outra designação nos dados de “uso de recursos” do Terminal Bloomberg. Isso evita a contagem duplicada de financiamentos que tenham sido ajustados, mas cujo valor original da transação não tenha sofrido aumento. Por fim, os títulos verdes e qualquer financiamento de projeto relacionado à energia verde são removidos.

Criação de ajustadores geográficos para a exposição ao petróleo e ao gás da Amazônia

Cada empresa (emissora) é avaliada quanto à sua relação com o petróleo e o gás da Amazônia usando as categorias “direta”, “indireta” e “não relacionada à Amazônia”. Os acordos com empresas que são consideradas direta ou indiretamente relacionadas à Amazônia são contados como parte do financiamento de cada banco direcionado a combustíveis fósseis relacionados à Amazônia, enquanto as empresas “não relacionadas à Amazônia” são excluídas.

Empresas não relacionadas à Amazônia são aquelas emissoras subsidiárias de uma multinacional, cuja matriz tem operações na Amazônia, mas a subsidiária não está relacionada. Todas as emissoras “não relacionadas à Amazônia” são omitidas da análise.

As empresas que têm relações diretas incluem, por exemplo, operadores de blocos e empresas petrolíferas estatais. A essas empresas é atribuído um ajustador com base na proporção de despesas de capital (CAPEX), custos operacionais (OPEX) e custos de produção associados aos seus projetos de petróleo e gás na Amazônia. Os blocos amazônicos de cada empresa são identificados como estando dentro dos limites da Amazônia. Para ser classificada como 100% direta, uma empresa deve ter a maioria de seus projetos de petróleo e gás e todos os seus principais blocos de produção no bioma amazônico.

Para empresas com menos operações no bioma amazônico, a proporção do total anual de CAPEX e OPEX que é considerada “relacionada à Amazônia” é usada como variável proxy da proporção de financiamento que pode ser considerada direta ou indireta.

As fórmulas a seguir são aplicadas usando números anuais retirados do relatório anual mais recente de cada empresa:

Ajustador geográfico = (OPEX amazônico + CAPEX amazônico)/(CAPEX total + OPEX total)

Onde:

- **OPEX amazônico (variável proxy) = (Produção amazônica/Produção total) x custo de produção por barril; em que a produção é expressa em BEP/dia e o custo é a média de dólares americanos por barril para aquele ano.**
- **CAPEX amazônico = (nº de blocos amazônicos em exploração/ nº total de blocos em exploração) x CAPEX total; supondo que o CAPEX seja igual por bloco exploratório**
- **O CAPEX total é anual, conforme informado pela empresa**
- **O OPEX total é anual, conforme informado pela empresa**
- **O CAPEX só é incluído na fórmula quando a empresa lista esses custos para blocos exploratórios no bioma amazônico em seu último relatório anual**

As empresas indiretas são normalmente subsidiárias de empresas multinacionais com atividades comerciais no setor de petróleo e gás da Amazônia, para as quais não se pode garantir que os acordos estejam relacionados ao petróleo e ao gás da Amazônia, mas há informações suficientes para concluir que o financiamento tem relação com a Amazônia. Por exemplo, uma linha de crédito rotativo internacional para um grande comerciante global de petróleo está indiretamente relacionada à Amazônia porque é provável que algum valor tenha sido gasto na Amazônia, mas não há informações suficientes para criar um ajustador geográfico. Dada essa falta de transparência nos dados financeiros em relação ao lugar onde o financiamento é gasto, a maior parte do financiamento identificado na base de dados é categorizada como “indireta”. Não é correto omitir o financiamento indireto da análise, uma vez que muitas das empresas que não podem ser diretamente rastreadas são conhecidas por desempenharem papéis importantes no setor de petróleo e gás da Amazônia. Portanto, esta análise é cautelosa e inclui esse tipo de financiamento, ao mesmo tempo em que fornece as ressalvas necessárias. As empresas ou os bancos que desejarem contestar a inclusão do financiamento indireto podem apresentar suas preocupações ao Stand Research Group através do endereço srg@stand.earth.

APÊNDICE 2. LISTA DE EMPRESAS

No total, 155 empresas foram consultadas no Terminal Bloomberg, mas apenas 75 empresas retornaram resultados. Para cada empresa, são fornecidos a matriz e o ajustador para financiamento direto, com uma justificativa para embasar a análise. Para obter detalhes sobre como o ajustador é calculado, consulte o Apêndice 1.

TOMADORA/ EMISSORA	EMPRESA MATRIZ	% DIRETA	JUSTIFICATIVA
Ecopetrol SA	Ecopetrol SA	1,7%	A Ecopetrol é a empresa petrolífera estatal da Colômbia e uma das principais operadoras de blocos na região de Putumayo, na Amazônia colombiana. Apenas uma parte de seus blocos está na Amazônia.
Eneva SA	Eneva SA	100,0%	Todos os blocos operacionais da Eneva estão na Amazônia, como o Complexo Paranaíba, uma bomba de carbono. A empresa tem quatro blocos recém-adquiridos fora da Amazônia, todos exploratórios.
EP Petroecuador	PetroEcuador	100,0%	A PetroEcuador é a empresa petrolífera estatal do Equador e a maior produtora e exportadora de petróleo amazônico do mundo. Todos os blocos produtivos estão na Amazônia.
Flota Petrolera Ecuatoriana	Flota Petrolera Ecuatoriana	100,0%	A FLOPEC é a empresa estatal equatoriana de transporte marítimo de petróleo que opera a partir do porto de Esmeraldas, o principal terminal de exportação de petróleo da Amazônia
Frontera Energy Corp	Frontera	10,7%	A Frontera é uma importante operadora de blocos na Amazônia, na Colômbia e no Equador e, anteriormente, no Peru. Apenas uma parte de seus blocos está na Amazônia.
Geopark Ltd	GeoPark	100,0%	A GeoPark é uma importante operadora de blocos na Amazônia, na Colômbia, no Equador e no Peru. Apenas uma parte de seus blocos está na Amazônia, mas todos os acordos na base de dados estão relacionados a essas operações.
Gran Tierra Energy Inc	Gran Tierra	47,0%	A GranTierra é uma importante operadora de blocos na Amazônia, na Colômbia, no Equador e no Peru. Apenas uma parte de seus blocos está na Amazônia.
Gran Tierra Energy International Holdings Ltd	Gran Tierra	47,0%	GranTierra é uma importante operadora de blocos na Amazônia, na Colômbia, no Equador e no Peru. Apenas uma parte de seus blocos está na Amazônia.
Hunt Oil Co of Peru LLC Sucursal Del Peru	Hunt Oil	100,0%	A Hunt Oil Peru faz parte do consórcio de empresas relacionadas ao projeto Gás de Camisea, na Amazônia peruana. Ela tem uma participação de 50% na Peru LNG.

TOMADORA/ EMISSORA	EMPRESA MATRIZ	% DIRETA	JUSTIFICATIVA
Parnaíba Gas Natural SA	Eneva SA	100,0%	O Complexo Parnaíba é a maior bomba de carbono da Amazônia e é administrado pela Eneva S.A.
Parnaíba III Geracao de Energia SA	PetroEcuador	100,0%	O Complexo Parnaíba é a maior bomba de carbono da Amazônia e é administrado pela Eneva S.A.
Peru LNG Srl	Peru LNG Srl	100,0%	A Peru LNG é a unidade de processamento de gás dos campos de Camisea na Amazônia peruana. Os proprietários são Hunt Oil (50%), Shell (20%), Marubeni (10%) e SK Energy (20%)
Petroamazonas EP	PetroEcuador	100,0%	A PetroAmazonas é a divisão de perfuração de petróleo da PetroEcuador e foi incorporada à PetroEcuador em janeiro de 2021.
Petroleos del Peru SA	Petroperú	100,0%	A Petroperú é a empresa petrolífera estatal do Peru e operadora dos blocos 192 e 64 na Amazônia peruana, além de compradora de petróleo da Amazônia equatoriana. Todos os acordos na base de dados estão relacionados à modernização da Refinaria Talara, que está impulsionando a demanda por petróleo amazônico.
Petroquimica Comodoro Rivadavia SA	Petroquimica Comodoro Rivadavia SA	10,0%	A Petroquimica Comodoro Rivadavia é uma operadora de blocos na Amazônia equatoriana. Apenas uma parte de suas operações está na Amazônia.
Pluspetrol Camisea SA	Pluspetrol	100,0%	A Pluspetrol Camisea e as subsidiárias do Lote 56 são importantes operadoras de blocos na Amazônia peruana.
Pluspetrol Lote 56 SA	Pluspetrol	100,0%	A Pluspetrol Camisea e as subsidiárias do Lote 56 são importantes operadoras de blocos na Amazônia peruana.
Refinería La Pampilla SA Relapasa	Repsol	100,0%	A La Pampilla refina petróleo da Amazônia. A Repsol tem uma participação importante.
Transportadora de Gas del Peru SA	Transportadora de Gas del Peru SA	100,0%	A Transportadora de Gas del Peru SA opera o gasoduto dos campos de gás de Camisea na Amazônia peruana. Os proprietários são um consórcio que inclui o Canada Pension Plan e a SK Energy.
UTE Parnaíba II Geracao de Energia SA	Eneva SA	100,0%	O complexo Parnaíba, de propriedade da Eneva S.A., fica na Amazônia.
Vetra Exploracion y Produccion Colombia SAS	Vetra	100,0%	Complexo Parnaíba é a maior bomba de carbono da Amazônia e é administrado pela Eneva S.A.

TOMADORA/ EMISSORA	EMPRESA MATRIZ	% DIRETA	JUSTIFICATIVA
Cepsa Finance SA	CEPSA	5,0%	A CEPSA é uma operadora de blocos na Amazônia, no Peru, bloco 131, onde detém 100% das operações. Apenas uma parte de sua produção está na Amazônia.
Cia Espanola de Petroleos SA	CEPSA	5,0%	A CEPSA é uma operadora de blocos na Amazônia, no Peru, bloco 131, onde detém 100% das operações. Apenas uma parte de sua produção está na Amazônia.
Gunvor Group Ltd	Gunvor	1,0%	A Gunvor é uma importante comerciante de petróleo amazônico e está envolvida em escândalos de corrupção no Equador relacionados ao comércio de petróleo da Amazônia.
Gunvor International BV	Gunvor	1,0%	A Gunvor é uma importante comerciante de petróleo amazônico e está envolvida em escândalos de corrupção no Equador relacionados ao comércio de petróleo da Amazônia.
Gunvor SA	Gunvor	1,0%	A Gunvor é uma importante comerciante de petróleo amazônico e está envolvida em escândalos de corrupção no Equador relacionados ao comércio de petróleo da Amazônia.
Gunvor Singapore Pte Ltd	Gunvor	1,0%	A Gunvor é uma importante comerciante de petróleo amazônico e está envolvida em escândalos de corrupção no Equador relacionados ao comércio de petróleo da Amazônia.
Hunt Oil Co	Hunt Oil	0,0%	A Hunt Oil Peru faz parte do consórcio de empresas relacionadas ao projeto Gás de Camisea, na Amazônia peruana. Ela tem uma participação de 50% na Peru LNG.
Petrobras Global Finance BV	Petrobras	1,4%	A Petrobras é a empresa petrolífera estatal do Brasil e uma importante operadora de blocos na Amazônia brasileira e em desenvolvimentos offshore, incluindo a foz do Amazonas. Apenas uma pequena parte de suas operações está na Amazônia.
Petrobras Global Trading BV	Petrobras	1,4%	A Petrobras é a empresa petrolífera estatal do Brasil e uma importante operadora de blocos na Amazônia brasileira e em desenvolvimentos offshore, incluindo a foz do Amazonas. Apenas uma pequena parte de suas operações está na Amazônia.
Petrobras Logística de Exploração e Produção	Petrobras	1,4%	A Petrobras é a empresa petrolífera estatal do Brasil e uma importante operadora de blocos na Amazônia brasileira e em desenvolvimentos offshore, incluindo a foz do Amazonas. Apenas uma pequena parte de suas operações está na Amazônia.

TOMADORA/ EMISSORA	EMPRESA MATRIZ	% DIRETA	JUSTIFICATIVA
Petrobras Netherlands BV	Petrobras	1,4%	A Petrobras é a empresa petrolífera estatal do Brasil e uma importante operadora de blocos na Amazônia brasileira e em desenvolvimentos offshore, incluindo a foz do Amazonas. Apenas uma pequena parte de suas operações está na Amazônia.
Petrobras Transporte SA	Petrobras	1,4%	A Petrobras é a empresa petrolífera estatal do Brasil e uma importante operadora de blocos na Amazônia brasileira e em desenvolvimentos offshore, incluindo a foz do Amazonas. Apenas uma pequena parte de suas operações está na Amazônia.
Petróleo Brasileiro SA	Petrobras	1,4%	A Petrobras é a empresa petrolífera estatal do Brasil e uma importante operadora de blocos na Amazônia brasileira e em desenvolvimentos offshore, incluindo a foz do Amazonas. Apenas uma pequena parte de suas operações está na Amazônia.
PetroTal Corp	PetroTal	100,0%	A PetroTal é a operadora dos Blocos 95 e 107 na Amazônia peruana. Todas as suas operações estão localizadas na Amazônia.
Enap Sipetrol Argentina SA	ENAP	0,0%	A ENAP é uma operadora de blocos na Amazônia equatoriana. A ENAP Sipetrol opera no Equador, na Argentina e no Egito. Todos os empréstimos e títulos na base de dados em 13 de julho de 2022 são para a ENAP Argentina, portanto, não há financiamento direto.
GeoPark Latin America Ltd Agencia en Chile	GeoPark	0,0%	As operações da GeoPark no Chile estão fora da Amazônia.
Pampa Energia SA	Pampa Energia SA	0,0%	A Pampa Energia é a proprietária majoritária do oleoduto OCP na Amazônia equatoriana (59,72% de participação).
Petro Rio SA	Petro Rio SA	0,0%	A Petro Rio está explorando depósitos de petróleo e gás no mar do Brasil, incluindo um bloco na foz do rio Amazonas.
Tecpetrol SA	Tecpetrol SA	0,0%	A Tecpetrol é a empresa matriz da Tecpecuador, que até recentemente era uma operadora de blocos na Amazônia equatoriana. Atualmente, ainda está ativa no Peru, Equador e Colômbia, mas não na Amazônia, portanto, não tem financiamentos diretos.
Canacol Energy Ltd	Canacol Energy Ltd	0,0%	A Canacol é uma operadora de blocos na Colômbia que tinha blocos de exploração na Amazônia, mas atualmente só produz fora da Amazônia, portanto não há financiamentos diretos.

% DIRETA	EMPRESA MATRIZ	% DIRETA	JUSTIFICATIVA
China Petrochemical Corp	SINOPEC	0,0%	A Sinopec é uma importante comerciante de petróleo amazônico, subcontratada da PetroEcuador e parceira nos blocos 16 e 67. A Sinopec também é a empresa matriz da UNIPEC, uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.
China Petroleum & Chemical Corp	SINOPEC	0,0%	A Sinopec é uma importante comerciante de petróleo amazônico, subcontratada da PetroEcuador e parceira nos blocos 16 e 67. A Sinopec também é a empresa matriz da UNIPEC, uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.
Interconexion Electrica SA ESP	Ecopetrol SA	0,0%	A ISA é proprietária de infraestrutura de transmissão de eletricidade, incluindo linhas que transportam a energia gerada pelo projeto da Camisea LNG no Peru (Orazul).
Oleoducto Bicentenario de Colombia SAS	Ecopetrol SA	0,0%	A Ecopetrol é a empresa petrolífera estatal da Colômbia e uma das principais operadoras de blocos na região de Putumayo, na Amazônia colombiana. Apenas uma parte de seus blocos está na Amazônia.
Oleoducto Central SA	Ecopetrol SA	0,0%	A Ecopetrol é a empresa petrolífera estatal da Colômbia e uma das principais operadoras de blocos na região de Putumayo, na Amazônia colombiana. Apenas uma parte de seus blocos está na Amazônia.
Petrorio Luxembourg Trading Sarl	Petro Rio SA	0,0%	A Petro Rio está explorando depósitos de petróleo e gás no mar do Brasil, incluindo um bloco na foz do rio Amazonas
PTT PCL	PTT	0,0%	A PTT é uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.
PTT Treasury Center Co Ltd	PTT	0,0%	A PTT é uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.
Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliario SA	Queiroz Galvao SA	0,0%	A Queiroz Galvão S.A. está envolvida no projeto de gás da Rosneft na Bacia do Solimões, na Amazônia brasileira. Sua subsidiária, a Enauta Energia, detém o bloco FZA-M-90 na foz do Amazonas.
Queiroz Galvao SA	Queiroz Galvao SA	0,0%	A Queiroz Galvão S.A. está envolvida no projeto de gás da Rosneft na Bacia do Solimões, na Amazônia brasileira. Sua subsidiária, a Enauta Energia, detém o bloco FZA-M-90 na foz do Amazonas.

PRESTATARIO/ EMISOR	EMPRESA MATRIZ	% DIRETA	JUSTIFICATIVA
Repsol International Finance BV	Repsol	0,0%	A Repsol IF é um veículo para a Repsol levantar capital no mercado de títulos para suas atividades globais. A Repsol possui ações importantes na Refinaria Pampilla, no Peru, que processa o petróleo amazônico do Peru e do Equador. A Repsol também foi operadora de um bloco no Equador (Yasuni) até 2021. A Repsol é uma operadora de bloco no projeto Gás de Camisea, na Amazônia peruana. Ela também é proprietária da Talisman Energy, que explora blocos na Amazônia colombiana.
Repsol SA	Repsol	0,0%	A Repsol possui ações importantes na Refinaria Pampilla, no Peru, que processa o petróleo amazônico do Peru e do Equador. A Repsol também foi operadora de um bloco no Equador (Yasuni) até 2021. A Repsol é uma operadora de bloco no projeto Gás de Camisea, na Amazônia peruana. Ela também é proprietária da Talisman Energy, que explora blocos na Amazônia colombiana.
Shell International Finance BV	Shell	0,0%	A Shell Western Supply & Trading Ltd é uma importante comerciante de petróleo amazônico, especialmente do Equador, para refinarias na Califórnia.
Shell PLC	Shell	0,0%	A Shell Western Supply & Trading Ltd é uma importante comerciante de petróleo amazônico, especialmente do Equador, para refinarias na Califórnia.
Sinopec Group Overseas Development 2012 Ltd	SINOPEC	0,0%	A Sinopec é uma importante comerciante de petróleo amazônico, subcontratada da PetroEcuador e parceira nos blocos 16 e 67. A Sinopec também é a empresa matriz da UNIPEC, uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.
Sinopec Group Overseas Development 2013 Ltd	SINOPEC	0,0%	A Sinopec é uma importante comerciante de petróleo amazônico, subcontratada da PetroEcuador e parceira nos blocos 16 e 67. A Sinopec também é a empresa matriz da UNIPEC, uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.
Sinopec Group Overseas Development 2014 Ltd	SINOPEC	0,0%	A Sinopec é uma importante comerciante de petróleo amazônico, subcontratada da PetroEcuador e parceira nos blocos 16 e 67. A Sinopec também é a empresa matriz da UNIPEC, uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.

PRESTATARIO/ EMISOR	EMPRESA MATRIZ	% DIRETA	JUSTIFICATIVA
Sinopec Group Overseas Development 2015 Ltd	SINOPEC	0,0%	A Sinopec é uma importante comerciante de petróleo amazônico, subcontratada da PetroEcuador e parceira nos blocos 16 e 67. A Sinopec também é a empresa matriz da UNIPEC, uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.
Sinopec Group Overseas Development 2016 Ltd	SINOPEC	0,0%	A Sinopec é uma importante comerciante de petróleo amazônico, subcontratada da PetroEcuador e parceira nos blocos 16 e 67. A Sinopec também é a empresa matriz da UNIPEC, uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.
Sinopec Group Overseas Development 2017 Ltd	SINOPEC	0,0%	A Sinopec é uma importante comerciante de petróleo amazônico, subcontratada da PetroEcuador e parceira nos blocos 16 e 67. A Sinopec também é a empresa matriz da UNIPEC, uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.
Sinopec Group Overseas Development 2018 Ltd	SINOPEC	0,0%	A Sinopec é uma importante comerciante de petróleo amazônico, subcontratada da PetroEcuador e parceira nos blocos 16 e 67. A Sinopec também é a empresa matriz da UNIPEC, uma importante comerciante de petróleo amazônico do Equador para refinarias na Califórnia.
SK Energy Co Ltd	SK Innovations	0,0%	A SK Energy é proprietária da Peru LNG SRL (20% de participação) e, portanto, uma importante participante no desenvolvimento dos campos de gás de Camisea na Amazônia peruana.
SK Innovation Co Ltd	SK Innovations	0,0%	A SK Energy é proprietária da Peru LNG SRL (20% de participação) e, portanto, uma importante participante no desenvolvimento dos campos de gás de Camisea na Amazônia peruana.
Sociedad Portuaria Puerto Bahía SA	Frontera	0,0%	A Frontera é uma grande operadora de blocos na Amazônia, na Colômbia e no Equador e, anteriormente, no Peru. Apenas uma parte de seus blocos está na Amazônia.
Trafigura Funding SA	Trafigura	0,0%	A Trafigura é uma importante comerciante de petróleo amazônico, incluindo o petróleo bruto de Chaza dos blocos da Gran Tierra em Putumayo e nos Andes Tropicais na Colômbia.
Trafigura Group Pte Ltd	Trafigura	0,0%	A Trafigura é uma importante comerciante de petróleo da Amazônia, mas a Trafigura Group Pte Ltd. é seu escritório em Cingapura e só financia operações na Ásia.

PRESTATARIO/ EMISOR	EMPRESA MATRIZ	% DIRETA	JUSTIFICATIVA
Trafigura Pte Ltd	Trafigura	0,0%	A Trafigura é uma importante comerciante de petróleo da Amazônia, mas a Trafigura Group Pte Ltd. é seu escritório em Cingapura e só financia operações na Ásia.
Trafigura Trading LLC	Trafigura	0,0%	A Trafigura é uma importante comerciante de petróleo amazônico, incluindo o petróleo bruto de Chaza dos blocos da Gran Tierra em Putumayo e nos Andes Tropicais na Colômbia.
Vitol SA	Vitol	0,0%	A Vitol comercializa petróleo amazônico, incluindo o petróleo bruto de Chaza dos blocos da Gran Tierra em Putumayo e nos Andes Tropicais.
PetroChina Co Ltd	CNPC	0,0%	A CNPC é uma operadora de blocos na Amazônia equatoriana por meio da Andes Petroleum e da PetroOriental, uma subcontratada da PetroEcuador para a extração de petróleo no Parque Nacional Yasuní e em seus arredores, e uma importante comerciante por meio da PetroChina.

Referências

1. International Energy Agency. 2021. "Net Zero by 2050." <https://www.iea.org/reports/net-zero-by-2050>
2. Boulton, Chris A., Timothy M. Lenton, and Niklas Boers. 2022. "Pronounced Loss of Amazon Rainforest Resilience since the Early 2000s." *Nature Climate Change* 12 (3): 271-78. <https://doi.org/10.1038/s41558-022-01287-8>
3. Amazonia 80 X 2025. 2022. "Amazonia Against the Clock - Amazonia 80 X 2025." Acessado em: 5 de outubro de 2022. <https://amazonia80x2025.earth/amazonia-against-the-clock/>
4. Stand.earth, Wild Heritage, COICA, Ecociencia/RAISG Ecuador, GTAI/RAISG Venezuela, and Fundación Amigos de la Naturaleza/RAISG Bolivia. n.d. "A Roadmap to Implement Target 3 of the Global Biodiversity Framework: Indigenous and Traditional Territories to Save the Planet." *Amazonia for Life: Protect 80% by 2025*. <https://amazonia80x2025.earth/wp-content/uploads/2023/04/roadmap-4.pdf>
5. "129 - Avoiding the Point of No Return in the Amazon Protecting 80% By." n.d. IUCN World Conservation Congress 2020. <https://www.iucncongress2020.org/motion/129>
6. Hoffner, Erik. 2023. "Podcast: At COP 15, Biodiversity Finance, Indigenous Rights, and Corporate Influence." *Mongabay Environmental News*. 11 de janeiro de 2023. <https://news.mongabay.com/2023/01/podcast-at-cop-15-biodiversityfinance-indigenous-rights-and-corporateinfluence/>
7. https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/high-level_expert_group_n7b.pdf; <https://productiongap.org/>; <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>
8. Stand.earth. 2023. "Linked Fates: How California's Oil Imports Affect the Future of the Amazon Rainforest - Stand.Earth." 9 de março de 2023. <https://stand.earth/resources/linked-fates-howcalifornias-oil-imports-affect-the-future-of-theamazon-rainforest/>
9. Stand.earth. 2023. "Linked Fates: How California's Oil Imports Affect the Future of the Amazon Rainforest - Stand.Earth." 9 de março de 2023. <https://stand.earth/resources/linked-fates-howcalifornias-oil-imports-affect-the-future-of-theamazon-rainforest/>
10. Editor OilPrice.com. 2021. "Ecuador Looks To Double Its Oil Production." *Markets. Businessinsider.Com*, 6 de setembro de 2021. <https://markets.businessinsider.com/news/stocks/ecuador-looksto-double-its-oil-production-1030782542>
11. "Declaration - Amazonia 80 X 2025." 2022. *Amazonia 80 X 2025*. 5 de outubro de 2022. <https://amazonia80x2025.earth/declaration/#declaration>
12. Ibid.
13. Wikipedia contributors. 2023. "Amazon Biome." *Wikipedia*, janeiro. https://en.wikipedia.org/wiki/Amazon_biome
14. FAO and FILAC. 2021. "Forest Governance by Indigenous and Tribal Peoples: An Opportunity for Climate Action in Latin America and the Caribbean" *FAO EBooks*. <https://doi.org/10.4060/cb2953en>
15. FAO and FILAC. 2021
16. Game, Edward T., Ryan R. Germain, Joseph Bennett, Nicholas V. Reo, and Peter Arcese. 2019. "Vertebrate Biodiversity on Indigenous Managed Lands in Australia, Brazil, and Canada Equals That in Protected Areas." *Environmental Science & Policy* 101 (novembro): 1-6. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2019.07.002>
17. "Protected Areas and Indigenous Territories." n.d. *WWF*. https://wwf.panda.org/discover/knowledge_hub/where_we_work/amazon/vision_amazon/living_amazon_initiative222/protected_areas_and_indigenous_territories/
18. "Amazonia Under Pressure 2020." n.d. *RAISG*. <https://www.amazoniasocioambiental.org/en/publication/amazonia-under-pressure-2020/>
19. www.elcomercio.com/actualidad/politica/corteconstitucional-yasuni-consulta-popular.html
20. Hidalgo, Sofia Jarrín. 2022. "Ecuadorian Indigenous Movement Secures Economic and Climate Justice Victories, Ending National Strike." *Amazon Watch*, 30 de junho de 2022. <https://amazonwatch.org/news/2022/0630-ecuadorianindigenous-movement-secures-victories-endingnational-strike>
21. AP NEWS. 2022. "Ecuador: Agreement Ends 18 Days of Strikes," *Associated Press*, 30 de junho de 2022. <https://apnews.com/article/caribbean-ecuadorea0bb0c23cf4c190aa3e94b405b909d5>
22. Bar, Hervé. 2023. "Amazon Pollution: The Stain on Ecuador's Oil Boom." *Phys.Org*, 17 de fevereiro de 2023. <https://phys.org/news/2023-02-amazonpollution-ecuador-oil-boom.html>
23. Uyttersprot, Tibo, François Janssens, Danielle Cireno Fernandes, and Weihong Zhang. 2022. "Exploring the Link between Oil Exploitation and Cancer in the Indigenous Population of Ecuador: A Scoping Review." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 19 (5): 2674. <https://doi.org/10.3390/ijerph19052674>
24. O'Callaghan-Gordo, Cristina, Jaime Rosales, Pilar Lizárraga, Frederica Barclay, Tami Okamoto, Diana M. Papoulias, Ana Espinosa, Martí Orta-Martínez, Manolis Kogevas, and John Astete. 2021. "Blood Lead Levels in Indigenous Peoples Living Close to Oil Extraction Areas in the Peruvian Amazon." *Environment International* 154 (maio): 106639. <https://doi.org/10.1016/j.envint.2021.106639>
25. "Ecuador: Indigenous Waorani File Lawsuit against Oil Company PetroOriental S.A, Arguing Gas Flaring Is Contributing to Climate Change & Threatening Their Survival - Business & Human Rights Resource Centre." n.d. *Business & Human Rights Resource Centre*. <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/ecuador-indigenous-waorani-file-lawsuit-against-oil-company-petrooriental-sa-gas-flaring-is-contributing-to-climate-change-threatening-their-survival/?companies=4490064>
26. Para obter uma descrição detalhada dos métodos de alocação utilizados, consulte o Apêndice 1.
27. O relatório mais recente usado para calcular esses números é de 2021. Eles serão atualizados anualmente.
28. Com base na lista de bombas de carbono e suas emissões estimadas de carbono, conforme relatado em: Kjell Kühne, Nils Bartsch, Ryan Driskell Tate, Julia Higson, André Habet. 2022. "Carbon Bombs - Mapping key fossil fuel projects." *Energy Policy* 166, 112950. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2022.112950>
29. Oil Change International, Rainforest Action Network, BankTrack, Indigenous Environmental Network, Reclaim Finance, Sierra Club, Urgewald. 2023. "Banking on Climate Chaos: Fossil Fuel Finance Report 2023". <https://www.bankingonclimatechaos.org/>
30. Pesquisa realizada pelo Stand.earth Research Group (Stand Research Group) usando dados de exportação do Equador de 2013 a 2023
31. Hunt Oil of Peru, 24 de maio de 2018. Offering Memorandum. Acessado em: 4 de julho de 2023. <https://links.sgx.com/FileOpen/HOCP%20Final%20OM.ashx?App=Prospectus&FileID=35170>
32. Hill, David. 2016. 'Pioneer Gas Project in Latin America Fails Indigenous Peoples.' *The Guardian*, 3 de junho de 2016. <https://www.theguardian.com/environment/andes-to-the-amazon/2016/jun/02/pioneer-gas-latin-america-indigenous-peoples>
33. OECD. 2019. "Due Diligence for Responsible Corporate Lending and Securities Underwriting." Acessado em: 4 de julho de 2023. <https://mneguidelines.oecd.org/due-diligence-for-responsible-corporate-lending-and-securities-underwriting.pdf>
34. Basquill, John. 2022. "Gunvor signs oversubscribed US\$990mn revolving credit facility." *Global Trade Review*, 13 de julho de 2022. <https://www.gtreview.com/news/global/gunvor-signs-oversubscribed-us990mn-revolving-credit-facility/>
35. Budry Carbó, Adrià. 2021. "A Predator Called Gunvor in the Amazon." *Public Eye*, 5 de junho de 2021. www.publiceye.ch/en/topics/commoditiestrading/a-predator-called-gunvor-in-the-amazon
36. Pesquisa realizada pelo Stand.earth Research Group usando conjuntos de dados de exportação equatoriana e de manifesto de embarcações dos EUA para o comércio de petróleo bruto entre 2009 e 2023.

37. Payne, J. "Gunvor must pay \$95 million for Congo oil corruption: Swiss prosecutors". Reuters. 17 de outubro de 2019.
38. Reclaim Finance. "Top practices and trends". Oil and Gas Policy Tracker." Acessado em: 12 de maio de 2023. <https://oilgaspolicytracker.org/top-practices-and-trends/>
39. Bickis, Ian. 2023, "RBC chief executive defends climate plan as shareholders criticize record." The Canadian Press, 5 de abril de 2023. <https://www.sasktoday.ca/national-business/rbc-chief-executive-defends-climate-plan-as-shareholders-criticize-record-6814975>
40. World Meteorological Organization (WMO). 2023. "Global temperatures set to reach new records in next five years." Press Release Number: 17052023, 17 de maio de 2023. Acessado em: 4 de julho de 2023.
41. Bickis, Ian. 2023
42. Climate Accountability Institute. 2020. "Carbon Majors." Acessado em: 4 de julho de 2023. <https://climateaccountability.org/carbonmajors.html>
43. Kjell Kühne, Nils Bartsch, Ryan Driskell Tate, Julia Higson, André Habet. 2022. "Carbon Bombs - Mapping key fossil fuel projects." Energy Policy 166, 112950. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2022.112950>
44. Global Energy Monitor. 2023. "Parnaíba Power Station." Acessado em: 4 de julho de 2023. https://www.gem.wiki/Parnaiba_power_station
45. Oil Change International, Rainforest Action Network, BankTrack, Indigenous Environmental Network, Reclaim Finance, Sierra Club, Urgewald. 2023. "Banking on Climate Chaos: Fossil Fuel Finance Report 2023". <https://www.bankingonclimatechaos.org/>
46. Critical Ecosystems Partnership Fund. "Tropical Andes Biodiversity Hotspot". Acessado em: 5 de julho de 2023. <https://andestropicales.net/>
47. Cuestión Pública / Mongabay Latam. 2022. "How Colombia disenfranchised Indigenous Inga communities in favor of oil". Mongabay. 2 de junho de 2022. <https://news.mongabay.com/2022/06/how-colombia-disenfranchised-indigenous-inga-communities-in-favor-of-oil/>
48. Tarazona, David. 2023. "Colombia: Inga people celebrate the oil company's departure from their territory but fear they will not be consulted on future projects." Mongabay, 14 de fevereiro de 2023.
49. Grant, Tavia. 2023. "Hollow Core." The Globe and Mail, 10 de abril de 2023. <https://www.theglobeandmail.com/canada/article-core-ottawa-peru-corporate-abuse/>
50. Grant, T. 2023.
51. Valencia, Alexandra. 2017. "Ecuador's Petroamazonas to issue \$350 mln bonds to help pay Schlumberger debt". Reuters. 19 de outubro de 2017. www.reuters.com/article/ecuador-oilidUKL2N1MU0UQ; Cyrlin, L. 2019. Financing Markets and Structures for Emerging Markets - Project Finance. Acessado em: 22 de fevereiro de 2022: https://web.archive.org/web/20220303195427/www.petroamazonas.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2019/06/07_Citi-Base-FuturoPetrolero_vF.pdf
52. Amazon Watch. 2022. "Risk Alert: GeoPark". Maio de 2022. <https://amazonwatch.org/assets/files/2022-geopark-risk-alert.pdf>
53. Davey, Ed. 2022. "Major banks support rainforest oil project despite problems." Associated Press, 4 de novembro de 2022.
54. Hill, David. 2019. "Colombian tribe calls for action on alleged effects of UK oil firm." The Guardian, 22 de fevereiro de 2019.
55. GeoPark. 2021. "GeoPark Annual Report 2021." Acessado em: 4 de julho de 2023. https://otp.tools.investis.com/clients/us/geo_park/SEC/sec-show.aspx?Type=html&FilingId=15701401&Cik=0001464591
56. Bank of Brazil. 2022. "Preliminary Prospectus Of The Public Offer Of Distribution Of Simple Debentures, Eneva", <https://www.bb.com.br/docs/portal/dimec/DebEnevaNewProspPrelim2022.pdf>; Eneva. 2022. "Eneva Sustainability Report 2021." Acessado em: 4 de julho de 2023. https://eneva.com.br/wp-content/uploads/sites/2/2022/06/Eneva_Sustainability-Report-2021.pdf
57. Global Energy Monitor. 2023. "Azulão Power Station." Acessado em: 4 de julho de 2023. https://www.gem.wiki/Azul%C3%A3o_power_station
58. Salam, Erum. 2023. "Climate protesters call out US banks for funding fossil fuel projects." The Guardian, 25 de abril de 2023.
59. Reuters. 2023. "Petroperú returns to crude production at major discontinued oil block." Reuters, 28 de fevereiro de 2023. www.reuters.com/business/energy/Petroperu-returns-crude-production-major-discontinued-oil-block-2023-03-01/; Amazon Watch. 2022. "Petroperú's Ongoing Threat to the Amazon". 12 de abril de 2022. <https://amazonwatch.org/news/2022/0412-Petroperus-ongoing-threat-to-the-amazon>
60. <https://www.reuters.com/article/us-peruPetroperu-idUKKCN1VH2FV50>.



STAND^{.earth}

BELLINGHAM

Traditional Lummi and Nooksack Lands
1329 N State St #302
Bellingham, WA 98225
telefone +1 360 734 2951

SAN FRANCISCO

Traditional Chochenyo and Karkin Ohlone Lands
548 Market Street
Suite 74196
San Francisco, CA 94104-5401
telefone +1 415 863 4563

VANCOUVER

The Unceded Territories of the Səl ilwətaʔ,
xʷməθkʷəyəm, and Skwx wú7mesh Nations
5307 Victoria Drive, Suite 347
Vancouver, BC V5P 3V6
telefone +1 604 331 6201

A Stand é uma organização que reúne pessoas para exigir que as empresas e os governos coloquem as pessoas e o meio ambiente em primeiro lugar
stand.earth